

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Carolina Porta Rodrigues

O HEZBOLLAH NO SISTEMA POLÍTICO LIBANÊS: UM ESTUDO SOBRE
SEGURANÇA, REPRESENTAÇÃO E LEGITIMIDADE

Santa Maria, RS, Brasil

2024

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Patrícia, minha maior inspiração

RESUMO

O HEZBOLLAH NO SISTEMA POLÍTICO LIBANÊS: UM ESTUDO SOBRE SEGURANÇA, REPRESENTAÇÃO E LEGITIMIDADE

AUTORA: Carolina Porta Rodrigues

ORIENTADOR: Igor Castellano da Silva

Em que pese seja classificado por diversos países como terrorista, o Hezbollah deve ser analisado como um ator complexo e multifacetado. Surgido como uma milícia revolucionária, em um país marcado pela pluralidade étnica e religiosa e por ameaças de países vizinhos, a organização transformou-se em um partido político, amplamente aceito no sistema eleitoral libanês e apoiado por uma parcela da sociedade libanesa. Diante desse cenário desafiador, não é possível compreender as razões pelas quais grupos como o Hezbollah se legitimam sem entender a forma como o Estado libanês é formado. Dessa forma, o objetivo principal da presente pesquisa é analisar quais fatores, sociais, políticos e econômicos, possibilitam a legitimidade do grupo na sociedade e no sistema político libanês. A hipótese central é de que a organização xiita é capaz de responder a demandas por segurança, saúde, educação e representatividade que o Estado libanês não faz. Além disso, as transformações de status sofridas pelo grupo parecem ter algum impacto na sua influência sobre a conjuntura política. A presente pesquisa é realizada a partir de um estudo de caso, com base no método hipotético-dedutivo e no uso da metodologia *process tracing*. Visa-se procurar as causas da sustentação da legitimidade a partir da relação entre etapas de eventos ocorridos desde sua criação.

Palavras-chave: Hezbollah; Legitimidade, Segurança no terceiro mundo; Identidade xiita.

ABSTRACT

HEZBOLLAH IN THE LEBANESE POLITICAL SYSTEM: A STUDY ON SECURITY, REPRESENTATION, AND LEGITIMACY

AUTHOR: Carolina Porta Rodrigues

ADVISOR: Igor Castellano da Silva

Despite being classified as a terrorist organization by several countries, Hezbollah should be analyzed as a complex and multifaceted actor. Emerging as a revolutionary militia in a country marked by ethnic and religious plurality and threats from neighboring countries, the organization has transformed into a political party, widely accepted in the Lebanese electoral system and supported by a segment of Lebanese society. Given this challenging scenario, it is impossible to understand the reasons why groups like Hezbollah become legitimized without comprehending how the Lebanese state is formed. Thus, the main objective of this research is to analyze the social, political, and economic factors that enable the group's legitimacy in Lebanese society and the political system. The central hypothesis is that the Shiite organization is capable of addressing demands for security, health, education, and representation that the Lebanese state fails to meet. Additionally, the changes in status experienced by the group appear to have some impact on its influence over the political landscape. This research is conducted through a case study, based on the hypothetical-deductive method and the use of process tracing methodology. The aim is to seek the causes of the sustained legitimacy by examining the relationship between stages of events that have occurred since its creation.

Keywords: Hezbollah; Legitimacy; Third World Security; Shiite Identity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Divisão do Monte Líbano, 1843-1860.....	26
Figura 2 - Do “Pequeno Líbano” à República Libanesa.....	30
Figura 3 - Logos de todos os partidos políticos do Líbano.....	41
Figura 4 - Bandeira do Hezbollah.....	42
Figura 5 - Esquema de etapas do desenvolvimento da legitimidade de um ator não-estatal a partir do processo de formação do Estado.....	44
Figura 6 - Composição do sistema político libanês desde 2005.....	50
Figura 7 - Festival de Ashura.....	53
Figura 8 - Festival de Ashura.....	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quadro das etapas da atribuição da legitimidade na dimensão Obediência...	45
Tabela 2 - Quadro das etapas da atribuição da legitimidade na dimensão Identitária....	48
Tabela 3- Quadro das etapas da atribuição da legitimidade na dimensão Responsiva....	55
Tabela 4 - Instituições de bem-estar social do Hezbollah.....	58
Tabela 5 - Quadro síntese da aplicação do modelo tridimensional da legitimidade de Castellano (2017).....	63

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. CAPÍTULO - UM OLHAR A PARTIR DO TERCEIRO MUNDO: DEFINIÇÃO E ESPECIFICIDADES.....	14
2.1.Segurança no Terceiro Mundo.....	14
2.2. Segurança e Construção dos Estados no Oriente Médio.....	16
2.3.Capacidades Estatais.....	17
2.4.Legitimidade.....	19
2.5.Atores não-estatais.....	21
2.6. Considerações Finais.....	22
3. O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO LIBÂNES E A MOBILIZAÇÃO POLÍTICA XIITA.....	24
3.1. Formação e desenvolvimento do Estado libanês: economia, elites e distribuição de poder.....	24
3.2. Xiitas no sul do Líbano: identidade e mobilização.....	38
3.3. Hezbollah: da luta armada às eleições.....	39
3.4. Considerações Finais.....	42
4. LEGITIMIDADE DO HEZBOLLAH: OBEDIÊNCIA, IDENTIDADE E RESPONSABILIDADE.....	43
4.1. Dimensão da Obediência.....	44
4.2. Dimensão Identitária.....	48
4.3. Dimensão Responsiva.....	55
4.4. Considerações Finais.....	58
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	65

1. INTRODUÇÃO

Desde a década de 1980, os estudos sobre segurança começaram a dar atenção às dinâmicas específicas das regiões do Sul Global. Nesse contexto, o processo de colonização e formação dos Estados do Terceiro Mundo resultou na sua marginalização e fragilidade. Assim, Edward E. Azar e Chung-In Moon (1988) apontam que a falta de legitimidade, integração e capacidade política são as três principais características desses países. Admite-se, portanto, que nos Estados de Terceiro Mundo as ameaças à segurança advêm de problemas internos. Eles possuem maior dificuldade em garantir direitos básicos à sociedade como segurança, alimentação, moradia e educação. Quando isso acontece, atores não-estatais podem ocupar esse espaço, responder às demandas sociais e se utilizar dessa situação para angariar apoio.

No Líbano, a organização política e militar Hezbollah exemplifica essa situação. Sendo reconhecido como um partido político pelo sistema eleitoral libanês e apoiado por parte da população. O chamado “Partido de Deus” em árabe, foi criado em 1985, passou por uma transformação nas suas atividades e cedeu às regras do jogo político no Líbano. Desde então, ele participa da construção de hospitais, escolas e centros de reconstrução para a população, além de ter uma força militar maior que o próprio Estado libanês. Todavia, seu prestígio entre os libaneses não é constante, nem consenso. Em primeiro momento, aponta-se, por exemplo, para críticas à participação na Guerra da Síria e acusações de que o grupo seria um proxy iraniano. No entanto, é também interesse deste trabalho entender em pormenores o posicionamento da população em relação ao Hezbollah.

Por outro lado, Estados Unidos e Israel eram os únicos a considerar o grupo xiita como terrorista até 2001. Depois disso, a política estadunidense foi de pressionar outros Estados a fazer o mesmo, e hoje, 18 países aderem a essa classificação.¹ Contudo, a simplificação da análise acerca da organização e de sua legitimidade impossibilita a uma compreensão mais aprofundada sobre as dinâmicas de segurança do Oriente Médio e a relação entre Estado e sociedade. Sendo assim, o presente trabalho busca analisar a trajetória do Hezbollah, desde sua criação como partido até as eleições mais recentes. O objetivo principal é entender como o Hezbollah sustenta sua legitimidade na política libanesa, ou seja, como esse ator que possui tamanha singularidade e é classificado como terrorista por alguns países, possui apoio e aceitação por instituição normativa das políticas do Líbano. Em outras palavras, o intuito é

¹<https://www.terrorism-info.org.il/en/more-countries-have-recently-declared-all-of-hezbollah-a-terrorist-organization-but-some-eu-countries-still-refrain-from-doing-so/>

compreender quais fatores permitem ao Hezbollah consolidar sua legitimidade na política libanesa. Para isso pretende-se realizar uma análise das condições históricas dos grupos libaneses, em especial, dos xiitas. Também serão observados conflitos armados entre o Hezbollah e seus vizinhos. Além disso, vamos analisar mudanças ocorridas no Partido de Deus ao longo do tempo e como o grupo utilizou de sua influência política para consolidar a identidade da sociedade de resistência e consolidar o apoio e obter os votos de seus eleitores.

Essa pesquisa pretende colaborar com uma análise sobre o Oriente Médio que seja capaz de entender as peculiaridades dos atores locais (organizações que podem ser, ao mesmo tempo, militares, políticas e religiosas), mas que se legitimam por razões muito semelhantes a de outros lugares do Sul Global, tal como a América Latina. É importante compreender que a desmobilização de atores como o Hezbollah e a diminuição da sua violência, passam pelo fortalecimento das sociedades locais, a partir da compreensão de suas demandas.

A presente pesquisa tem como tema a legitimidade do Hezbollah na política libanesa entre 1992 até 2022. O Hezbollah é um grupo complexo, cuja classificação pode variar conforme a interpretação e os interesses políticos de quem o classifica. Para Hussein (2010, p.1) “O Hezbollah adquiriu uma reputação dupla e contraditória: como ator político legítimo no Líbano e como organização terrorista nos EUA e em Israel.” Já Norton (2007) destaca que a instituição começou como um grupo violento de jovens revolucionários que não estavam dispostos a fazer política. Foi com o passar do tempo, que o Hezbollah passou a construir estruturas sociais e militares importantes, com recursos vindos do Irã, que foram importantes para angariar eleitores. Assim, foi adaptando-se ao cenário político libanês. De acordo com Norton (1998), o Hezbollah é uma das forças políticas mais influentes do Líbano, além de ter um importante programa de bem-estar social. Dessa forma, importa compreender as razões pelas quais houve significativo apoio popular desde sua criação e desmistificar os múltiplos papéis que esse ator exerce.

O Líbano é composto por uma sociedade diversificada marcada pela presença de 18 grupos etnorreligiosos. De acordo com Yuri Hazran (2009), xiitas, sunitas e drusos não participaram da criação do Grande Líbano, estabelecido pelo colonialismo francês, no ano de 1920. A partir desse momento, o Líbano passou a estar sob domínio de um regime político que priorizava os cristãos maronitas. Em 1943 é assinado o Pacto Nacional entre as elites maronita e sunita. A comunidade xiita por sua vez, ficou incumbida de ser porta-voz do parlamento, mas ainda assim, seguiu sendo discriminada e excluída, vivendo em áreas rurais subdesenvolvidas e subúrbios pobres (HAZRAN, 2009). Todavia, a sub-representação política não era o único problema. Os xiitas estavam sendo esquecidos pelo Estado na região da fronteira, durante a

ocupação militar no fim dos anos 1980 e 1990. Junto a isso, em 1980, a comunidade xiita tornou-se o maior grupo confessional do Líbano.

Para Karime Ahmad Borrasci Cheaito (2023, p.67) os principais fatores que dão origem ao Hezbollah são o sistema confessional, a Guerra Civil (1975-1990) e a invasão israelense, em 1982. Em 1989, o acordo de Ta'if objetivou acabar com a Guerra Civil, e foi responsável por ampliar a representação xiita, igualando-a às do sunitas (HAZRAN, 2009). Segundo Augustus Norton (2007) a participação política foi bastante apreciada pela comunidade xiita, em razão de um sentimento de grande privação de direitos políticos.

O sistema político confessional do Líbano resultou do Pacto Nacional Libanês de 1943 e formou-se sob grande influência da França, sua antiga metrópole. Depois do Acordo de Taif os maronitas passaram a ter 34 assentos e os xiitas e sunitas 27 assentos (COSTA, 2006, p.232). De acordo com Natália Nahas Carneiro Maia Calfat (2022, p.78), o confessionalismo de coalizão, presente no Líbano, tem como principal objetivo acomodar os interesses de maiorias e minorias políticas do país, gerando consenso entre eles. A autora aponta que o presidente sempre deve ser um cristão; o primeiro ministro, um muçulmano sunita, e o presidente do parlamento, um muçulmano xiita. Já o vice -primeiro-ministro e o vice-presidente do Parlamento precisam ser ortodoxos orientais.

Por fim, o conceito de legitimidade que será utilizado vem a partir de uma perspectiva weberiana. Dentro dessa lógica, parte-se do princípio de que aquele que detém o poder é considerado legítimo quando sua dominação é aceita por aqueles que são dominados. Contudo, para analisar a legitimidade é importante que ela seja avaliada uma dimensão mais ampla do que apenas a militar. Nesse sentido, Seabrooke (2002, p.29) propõe que as pessoas sejam levadas em consideração como “agentes mais complexos que podem dar e retirar o seu consentimento”. O autor aponta, assim, que capacidade econômica e militar não são as únicas coisas que devem ser avaliadas. Nesse trabalho, a legitimidade doméstica do Hezbollah será analisada a partir da contribuição de Igor Castellano (2017), que baseia seu modelo de análise em uma aproximação da ideia de domínio de Max Weber. No modelo de Castellano, há o estabelecimento de três dimensões da legitimidade cruciais para a compreensão do processo de construção do Estado e das relações Estado-sociedade: obediência, identitária e responsividade, as quais buscam aproximar as evidências empíricas da teoria.

A pergunta que norteia essa pesquisa é: “Como o Hezbollah sustenta sua legitimidade no sistema político e na sociedade libanesa?” O objetivo geral é analisar quais são e como se desenvolvem as causas da legitimidade do Hezbollah no Líbano. Os objetivos específicos são: identificar o que diz o quadro teórico sobre segurança no Terceiro Mundo, Oriente Médio e

atores não-estatais; analisar a formação do Líbano do Império Otomano até a década de 1980 e explicar as causas da legitimidade do Hezbollah no Líbano (sociedade e sistema político libanês).

A hipótese é de que a legitimidade do Hezbollah no sistema eleitoral libanês deve-se ao seu potencial de respostas às demandas locais, por vezes, não ofertadas pelo Estado libanês. Dessa forma, o grupo se fortaleceu após expulsar Israel da porção Sul. Além disso, o histórico de marginalização da comunidade xiita e sua sub-representação no complexo sistema político confessional também abrem espaço para o fortalecimento da organização. Por fim, a adesão do Hezbollah à categoria de partido político gera mudanças nas prioridades e no modo de agir do grupo, que passa a atuar mais de forma doméstica.

Diante de um mundo complexo e globalizado, esse trabalho reconhece a necessidade da compreensão das Relações Internacionais acerca de instituições para além dos Estados. Do ponto de vista social, o interesse em entender o histórico, a dinâmica e a agenda do Hezbollah, justifica-se em razão do simplismo construído pela mídia e pelo cinema hegemônicos. De acordo com Said (1978) desde os acontecimentos de 11 de setembro de 2001, a política externa estadunidense passou a utilizar a identidade islâmica como personalização do terror, criando, inclusive, o chamado Eixo do Mal. Desde então, o Oriente Médio é retratado pelos meios de comunicação a partir de um viés orientalista que reduz as disputas geopolíticas a um simples embate religioso. Tais narrativas resultam em preconceito e estereótipos da comunidade árabe e muçulmana.

Já sobre a perspectiva acadêmica, tem-se a necessidade de ampliar o entendimento sobre atores não-estatais e entender sua importância nas dinâmicas de segurança. De acordo com Karime Cheaito (2023, p.151), as pesquisas existentes sobre o Hezbollah possuem caráter simplista ao optar por classificar a organização a partir de uma dualidade excludente, “terrorista x não terrorista; partido político x grupo armado; proxy ator x ator não-estatal autônomo”. O presente trabalho corrobora essa posição, por compreender a complexidade das características e do modo de atuação do Hezbollah.

Desde 2001, o número de países que classificam o Hezbollah como terrorista cresceu e, no ano de 2023, chegou a 18. Em relação a isso, a União Europeia tentou condenar apenas a ala militar do grupo, o que mostra um desentendimento sobre a filosofia e modus operandi da organização. Ademais, busca-se conhecer no presente trabalho a existência de uma agenda própria da organização. Assim, ao contrário do que defende os Estudos Tradicionais de Segurança, é preciso identificar os aspectos específicos dos países do terceiro mundo capazes de explicar o papel das instituições religiosas como resposta às demandas securitárias. Nesse

sentido, o trabalho justifica-se pela contribuição ao conhecimento nos Estudos de Segurança do Terceiro Mundo. Além disso, a construção de medidas para alcançar a resolução de conflitos passa por entender como lidar com esses atores, por isso, é fundamental compreender sua dinâmica e sua base de legitimação.

Norton (2007) aponta que a presença de Israel resultou no recrutamento de xiitas no Sul do Líbano. Assim, tal invasão foi utilizada na retórica do Hezbollah para mobilizar sua resistência (CHEAITO, 2023). Corroborando essa ideia, Yuri Hazran (2009, p.5) descreve o pragmatismo do grupo:

Na realidade e na perspectiva da estratégia política interna, a ênfase no conflito com Israel reflete um pensamento bastante pragmático. O Hezbollah reconhece que a sociedade multifacetada e sectária do Líbano não se presta a tornar-se uma sociedade islâmica, e que qualquer tentativa de impor tal poderia convidar a uma oposição interna e regional generalizada. A luta contra Israel, por outro lado, sempre foi uma questão unificadora na política árabe. Assim, o extremismo manifestado contra Israel deve ser visto como um meio de mobilização e legitimação política e de obtenção de poder político. O Hezbollah foi ajudado neste esforço pela longa e sangrenta experiência da comunidade xiita com Israel. (HAZRAN, 2009, p. 5, tradução nossa)²

Portanto, o estabelecimento do grupo na sociedade libanesa também está relacionado aos recursos que o Líbano não é capaz de fornecer. Nesse sentido, uma série de organizações foram criadas, a exemplo disso está *The Islamic Charity Emdad (ICEC)*, criada com recursos iranianos, a organização ganhou continuidade a partir de esforços voluntários. Além disso, pode-se citar a *Jihad al-Bina Development Organization*, cujas ações foram fundamentais para a reconstrução de áreas atingidas pela guerra. Já o Comitê Emdad para a Caridade teve início com base em uma parceria do Hezbollah e da Associação *Shaheed*. Do mesmo modo que a anterior, essa organização foi importante para diminuir os impactos das consequências geradas pela ocupação israelense no sul do Líbano. O centro era destinado a famílias em situação de vulnerabilidade e operou com 9 filiais, 5 escolas e 2 centros de acolhimento para crianças deficientes (BORTOLAZZI, 2011).

Esse trabalho se configura como um estudo do tipo explicativo e parte do método hipotético dedutivo, o qual segundo Karl Popper (1975, p. 14) “consiste na escolha de

² No original: “In reality and from the perspective of domestic political strategy, the emphasis on the conflict with Israel reflects quite pragmatic thinking. Hizballah recognizes that the multifaceted, sectarian society of Lebanon does not lend itself to becoming an Islamic society, and that any attempt to impose such could invite widespread domestic and regional opposition. The struggle against Israel, on the other hand, has always been a unifying issue in Arab politics. Thus, the extremism manifested against Israel must be seen as a means of political mobilization and legitimization and of attaining political power. Hizballah was helped in this effort by the long and bloody experience of the Shiite community with Israel.” (HAZRAN, 2009, p. 5)

problemas interessantes e na crítica de nossas permanentes tentativas experimentais e provisórias de solucioná-los". A técnica de pesquisa escolhida é o Process Tracing, em razão da necessidade de explicar um fenômeno, a partir da escolha de caso. Dessa forma, busca-se rastrear como a ausência ou escassez de capacidades estatais abre espaço para a atuação de atores não-estatais. Assim, o *process tracing* é utilizado com o objetivo de descobrir o mecanismo causal. Além disso, serão utilizados quadros para demonstrar as etapas (da causa até o efeito) dos mecanismos. A ideia é que cada etapa tenha um nexos com a etapa seguinte e que a ferramenta possa sintetizar essa trajetória. Para tanto, a pesquisa será estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo corresponde ao levantamento das referências bibliográficas sobre a teoria dos estudos de segurança do terceiro mundo, a segurança no Oriente Médio e a legitimidade. Já o segundo capítulo traz como contribuição uma retomada histórica da formação do Líbano, desde o Império Otomano até a década de 1980. Por fim, o terceiro capítulo busca analisar os anos anteriores da criação do Hezbollah até 2022, ano em que houve as últimas eleições do Líbano, ao evidenciar os três principais pilares de sustentação da legitimidade do Hezbollah (obediência, identidade e responsividade). Os resultados encontrados confirmam em boa parte a hipóteses e mostram que apesar de boa parte da população libanesa não apreciar a presença do Hezbollah, a legitimidade da organização foi capaz de consolidar-se a partir dos serviços que ela oferta aos libaneses, em especial, aos xiitas.

2. UM OLHAR A PARTIR DO TERCEIRO MUNDO: DEFINIÇÃO E ESPECIFICIDADES

O presente capítulo tem como objetivo esclarecer o aporte teórico para a análise da sustentação da legitimidade do Hezbollah na sociedade e no sistema político libanês. Para isso, expõe-se os estudos de segurança no terceiro mundo e os apontamentos específicos que ele traz para os países em subdesenvolvimento. Em seguida são debatidos a construção dos Estados no Oriente Médio, objetivando entender como acontece essa construção histórica incide na organização política e social desses países. Também trabalhamos os conceitos de capacidade estatal, legitimidade e atores não-estatais, que são conceitos-chave no entendimento do trabalho. Vamos mostrar como os três conceitos se interrelacionam na medida em que a falta de capacidades estatais possibilita a atuação de atores não-estatais de forma legítima.

2.1. SEGURANÇA NO TERCEIRO MUNDO

Os estudos acerca do Terceiro Mundo foram inicialmente escritos a partir das disputas das potências mundiais e de como sua estratégia influenciava a periferia. (AYOOB, 1991, p. 258) No entanto, desde a década de 1980, estudiosos interpretam a segurança com base em uma perspectiva mais crítica em relação à agência dos países do Terceiro Mundo, levando em consideração suas características históricas, econômicas e políticas. Desse modo, não é possível compreender as dinâmicas de segurança do Terceiro Mundo sem entender sobre a construção do Estado (AYOOB, 1995, p.21).

O Terceiro Mundo, por sua vez, diz respeito aos países periféricos, cujos Estados são pobres, subdesenvolvidos e fracos. Apesar disso, Mohammed Ayoob (1995, p. 12) admite que o conceito de Terceiro Mundo não é rígido e seus critérios de definição podem variar. Ademais, o autor aponta que se faz necessário o reconhecimento da pluralidade de realidades desses Estados. Com uma aproximação dos Segundo e Terceiro Mundo, na atualidade, há uma compreensão de que o conceito é sinônimo de periferia e de Sul Global. Para (Elbaki Hermassi apud AYOOB, 1995, p.14) esse conceito revela que, além das relações de colonização e dominação a que foram submetidos, os países do Terceiro Mundo se diferem possuem diferenças geográficas, políticas, econômica e sociais e estão à margem do sistema internacional. Nesse sentido, entre algumas das principais características da segurança no terceiro mundo está a centralidade dos problemas domésticos. Segundo Ayoob (1989) "a maioria das lideranças do Sudeste Asiático, assim como suas contrapartes no restante do

Terceiro Mundo, estão preocupadas principalmente com ameaças internas à segurança de suas estruturas estatais e aos próprios regimes."(tradução nossa)³ Ainda de acordo com o autor, tais questões tendem a se transformar em conflitos interestatais, porque ocorre um transbordamento, em razão da similaridade dos conflitos internos (AYOOB, p.263).

Em resumo, Ayoob (1995, p.15) aponta as características mais importantes de Estados do terceiro mundo:

O estado típico do Terceiro Mundo pode ser visto como possuindo certas características básicas. As mais importantes dessas características são a falta de coesão interna, em termos de grandes disparidades econômicas e sociais, e grandes fissuras étnicas e regionais; falta de legitimidade incondicional das fronteiras do estado, das instituições estatais e das elites governantes; susceptibilidade fácil a conflitos internos e interestatais; desenvolvimento distorcido e dependente, tanto econômica quanto socialmente; marginalização, especialmente em relação às preocupações dominantes de segurança e econômicas internacionais; e fácil permeabilidade por atores externos, sejam eles estados mais desenvolvidos, instituições internacionais ou corporações transnacionais. (AYOOB, 1995, p.15, tradução)⁴

As problemáticas específicas pelas quais passam os países do Terceiro Mundo estão relacionadas às relações Estado-sociedade e são denominadas por Azar e Moon (1998) de lado *software* da segurança. Para os autores, esse âmbito tem três principais componentes: legitimidade, integração e capacidade política. Nesse contexto, a falta de integração é apontado por Azar e Moon como um aspecto marcante da segurança do Terceiro Mundo. "A falha em integrar diversos grupos sociais em uma força política unificada traz novas ameaças à segurança, fragmenta as estruturas macropolíticas e enfraquece a capacidade de formulação de políticas." (AZAR E MOON, 1988, p.79, tradução nossa)⁵ A dificuldade de integração também está relacionada à falta de clareza nos valores e nos interesses nacionais (AZAR e MOON, 1988 p.90). De acordo com os autores esses conflitos deixam "Quase impossível realizar uma avaliação objetiva de ameaças, alocar recursos de forma eficiente e produzir um consenso viável sobre políticas e estratégias."(AZAR e MOON, 1988, p.90, tradução nossa)⁶ Os autores

³ No original: "most Southeast Asian leaderships, like their counterparts in the rest of the Third World, are preoccupied primarily with internal threats to the security of their state structures and to the regimes themselves." (AYOOB, 1989)

⁴ No original: "The prototypical Third World state can be seen to possess certain basic characteristics. The most important of these are lack of internal cohesion, in terms of both great economic and social disparities and major ethnic and regional fissures; lack of unconditional legitimacy of state boundaries, state institutions, and governing elites; easy susceptibility to internal and interstate conflicts; distorted and dependent development, both economically and socially; marginalization, especially in relation to the dominant international security and economic concerns; and easy permeability by external actors, be they more developed states, international institutions, or transnational corporations." (AYOOB, 1995, p.15)

⁵ No original: "The failure to integrate diverse social groups into a unified political force brings about new security threats, fragments macropolítica structures, and weakens policy capacity." (AZAR E MOON, 1988, p.79)

⁶ No original: "almost impossible to undertake objective threat assessment, to allocated resources efficiently and to produce a workable consensus on policies and strategy"(AZAR e MOON, 1988, p.90)

apontam a presença da desintegração no caso do Líbano. "A desintegração política e a fraca legitimidade do governo libanês tornam impossível para o governo formar qualquer consenso nacional significativo sobre objetivos e instrumentos de segurança nacional." (AZAR; MOON, 1988, p.95, tradução nossa⁷)

Outro ponto a ser destacado por Azar e Moon (1988), é que as formas de governo ou regime também são importantes quando se trata de mecanismo de enfrentamento de segurança interna. Os autores apontam que na percepção de Morgenthau, "bons governos criam fontes intangíveis de poder nacional e então uma postura forte de segurança, porque um bom governo é capaz de maximizar suporte popular e vice-versa." (AZAR; MOON, 1988, p.80, tradução nossa)⁸ Já em relação a capacidade política, tem-se que ela "compreende o planejamento, a formulação e a implementação de políticas de segurança nacional." (AZAR; MOON, 1988, p.91, tradução nossa)⁹

Dessa forma, compreende-se que ao contrário dos países desenvolvidos, que possuem majoritariamente ameaças externas, os países subdesenvolvidos lidam com dificuldades no âmbito doméstico como o desafio em gerenciar conflitos identitários, que dificultam a legitimidade dos Estados, e em responder às necessidades sociais como acesso à educação, saúde e moradia. Assim, importa verificar a capacidade que os Estados têm de transformar recursos em legitimidade.

2.2 SEGURANÇA E CONSTRUÇÃO DOS ESTADOS NO ORIENTE MÉDIO

De acordo com Lisa Anderson (1987, p.6), os países do Oriente Médio alcançaram suas independências em níveis variados de capacidade administrativa. No caso do Líbano, "A penetração administrativa não era extensa, o estabelecimento militar nacional não gozava de um monopólio da força, e o governo não conseguia arrecadar receitas significativas internamente." (ANDERSON, 1987, tradução nossa)¹⁰ O segundo aspecto levantado pela autora é o fato de que as fronteiras desses países foram desenhadas ignorando o arranjo dos grupos sociais, o que se

⁷ No original: "*Political disintegration and weak legitimacy of the Lebanese government make it impossible for the government to form any meaningful national consensus about goals and instruments of national security.*" (AZAR ; MOON, 1988, p.95)

⁸ No original: "*[...]good government increases intangible sources of national power and therefore strong security posture because good government is able to maximize popular support and vice versa.*" (AZAR; MOON, 1988, p.80)

⁹ No original: "*comprises the planning, formulation, and implementation of national security policies.*"(AZAR; MOON, 1988, p.91)

¹⁰ No original: "*administrative penetration was not extensive, the national military establishment did not enjoy a monopoly of force, and the government was unable to collect significant revenues domestically.*"(Anderson, 1987, p.6)

traduz em dificuldade administrativa. Nesse sentido, "Isso significava que, para alguns países, o desenvolvimento adicional da capacidade estatal exigia reorientações simultâneas nas ligações econômicas, nas relações sociais e nas lealdades políticas."(ANDERSON, 1987, tradução nossa)¹¹

O terceiro ponto elencado pela autora como legado da formação estatal é que tal processo atingiu os diversos extratos sociais de forma distinta. Dessa forma, alguns grupos foram beneficiados em detrimento de outros. Na prática, isso se deu quando os governos pré-coloniais e coloniais buscaram cobrar impostos das populações locais e atribuíram essa função às elites (ANDERSON,1987, p.6).

De modo geral, a autora reconhece que as capacidades estatais no Oriente Médio estão ligadas muito mais às ações do domínio colonial europeu do que a disputas internas. A colonização influenciou a organização e a construção dos países no Oriente Médio. De acordo com Lisa Anderson (1987, p. 6), as mudanças recorrentes na administração pública e a priorização de alguns grupos políticos em detrimento de outros foram ações realizadas por países da Europa no Líbano, com privilégios para os cristãos, e no Marrocos, com prioridade dada aos Berberes. Ainda segundo a autora, essas atitudes contribuíram para a instabilidade, descontinuidade e falta de legitimidade.

2.3. CAPACIDADES ESTATAIS

De acordo com Charles Tilly (2007, p.58) capacidade estatal diz respeito à forma como o Estado aloca recursos e, por conseguinte, como isso reflete na sociedade. Desse modo, de acordo com Charles Tilly (2007, p.16, tradução nossa)¹² “Capacidade do Estado significa até que ponto as intervenções dos agentes estatais nos recursos, atividades e conexões interpessoais não estatais existentes alteram as distribuições existentes desses recursos, atividades e conexões interpessoais, bem como as relações entre essas distribuições.”

Charles Tilly analisou o impacto da guerra na construção dos Estados europeus e apontou três elementos que derivam da capacidade estatal: coerção, capital e legitimidade. A interação entre coerção e capital acontece quando o primeiro elemento é utilizado para extrair o segundo, no momento em que há acumulação de capital pela sociedade. Nesses termos, a capacidade de um Estado se evidencia quando ele é capaz de usar a coerção para extrair e

¹¹ No original: “*This was to mean that for some countries the further development of state capacity required simultaneous reorientations in economic links, social relations, and political loyalties.*”(ANDERSON, 1987)

¹² No original: “*State capacity means the extent to which interventions of state agents in existing non-state resources, activities, and interpersonal connections alter existing distributions of those resources, activities, and interpersonal connections as well as relations among those distributions.*” (TILLY, 2007, p.16)

transformar esses recursos. Por fim, a legitimidade está relacionada ao consentimento da população em relação ao poder imposto pelas normas do grupo dominante. Castellano (2017, p.116) também ressalta a importância das questões simbólicas nas relações entre Estado-sociedade como a identidade nacional, mitos comuns, religiosidade e o imaginário social.

Rotberg (2003) corrobora com a ideia de que os Estado-nação existem para garantir os bens públicos dos cidadãos que vivem em suas fronteiras, ao mesmo passo que promovem os objetivos e interesses nacionais.

A principal função do Estado é fornecer o bem político da segurança – evitar invasões e infiltrações transfronteiriças e qualquer perda de território; para eliminar ameaças internas ou ataques contra a ordem nacional e a estrutura social; para prevenir o crime e quaisquer perigos relacionados à segurança humana interna; e permitir que os cidadãos resolvam os seus litígios com o Estado e com os seus concidadãos sem recurso às armas ou outras formas de coerção física.(ROBERG, 2003)

Junto a isso, o autor aponta que Estados modernos têm um sistema jurídico que garante a segurança de contratos e de propriedades. Ademais, a participação política, livre e aberta também compõe o grupo de direitos que um Estado deve garantir. Seguindo essa lógica, Rotberg (2003) aponta que os Estados-nação fracassam quando não conseguem prover bens políticos a sua população, o que leva à perda de legitimidade. Dessa forma, enquanto um Estado forte é entendido como uma instituição capaz de garantir bons índices de direitos humanos, PIB alto, segurança contra violência policial. Em resumo, um Estado é considerado forte quando é capaz de exercer todas as funções que justificam a existência de um Estado. Ou seja, quando ele garante uma vida digna às pessoas que residem em seu território. Rotberg(2003)“Os estados fracos apresentam um perfil misto, satisfazendo as expectativas em algumas áreas e tendo um desempenho fraco noutras.”

O Líbano é explicitamente reconhecido como um estado fraco na literatura de Barry Buzan (1988, p.21). De acordo com o autor, nenhum fator isoladamente é capaz de indicar que um Estado é fraco, contudo, ele elenca nove sinais que podem apontar essa situação:

- 1.altos níveis de violência política (Camboja, África do Sul, Etiópia),
- 2.mudanças recentes significativas na estrutura das instituições políticas (Irã, Etiópia, Espanha, Portugal),
- 3.uso conspícuo da força pelo Estado na vida política doméstica (Afeganistão, Turquia, Coreia do Sul),
- 4.um papel conspícuo da polícia política na vida cotidiana dos cidadãos (União Soviética, Romênia, Polônia),
- 5.grandes disputas políticas sobre qual ideologia será usada para organizar o Estado (Peru, El Salvador, possivelmente Grécia),
- 6.falta de uma identidade nacional coerente ou a presença de identidades nacionais concorrentes dentro dos Estados (Nigéria, Etiópia, Sudão, Turquia, África do Sul, Iugoslávia),
- 7.falta de uma hierarquia clara e observável de autoridade política (Líbano, Chade, Uganda),
- 7.um alto grau de controle estatal sobre a mídia (Nicarágua, União Soviética, China, Irã),
- 8.uma classe média urbana proporcionalmente pequena (Zaire, Afeganistão, Bangladesh). (BUZAN, 1988, p.21, tradução nossa)¹³

2.4 LEGITIMIDADE

Weber utiliza uma unidade de análise a qual ele chamou de “comunidade política”, ela diz respeito ao conjunto de pessoas em determinado território, algumas dessas comunidades são os “Estados”. Para Max Weber (1968, p. 905), as funções básicas do Estado são:

(...)a promulgação da lei (função legislativa); a proteção da segurança pessoal e da ordem pública (polícia); a proteção dos direitos adquiridos (administração da justiça); a promoção de interesses higiênicos, educacionais, de bem-estar social e outros interesses culturais (os diversos ramos da administração); e, por último, mas não menos importante, a proteção armada organizada contra ataques externos (administração militar). (WEBER, 1968, p.905, tradução nossa).¹⁴

Para Weber (1968), o monopólio da força é assegurado pelo Estado, por meio das leis. Segundo a perspectiva weberiana, a legitimidade se relaciona a respostas de certos grupos sociais em função da efetividade, ou não, das funções básicas de um Estado. A legitimidade, segundo o autor, está diretamente relacionada ao prestígio das associações políticas, a partir da

¹³ No original: “1. high levels of political violence (Kampuchea, South Africa Ethiopia), 2.major recent changes in the structure of political institutions (Iran, Ethiopia, Spain, Portugal) 3. conspicuous use of force by state in domestic political life (Afghanistan, Turkey, South Korea), 4. a conspicuous role for political police in the everyday lives in the citizens (Soviet Union, Romania, Poland), 5.major political over what ideology will be use to organize the state (Peru, El Salvador, possibly Greece), 6.lack of a coherent national identity, or the presence of contending national identities within the states (Nigeria, Ethiopia, Sudan, Turkey, South Africa, Yugoslavia), 7.lack of clear and observer hierarchy of political authority (Lebanon, Chad, Uganda) 8.a high degree of a state control over the media (Nicaragua, Soviet Union, China, Iran)” (BUZAN, 1988, p.21)

crença de uma consagração, mantida pelos seus membros. Esse prestígio é ordenado e regulado por seus membros e é responsável pelo consenso sobre a coerção física e o monopólio sobre a vida e a morte da população (WEBER, 1968, p.94). Assim, as ações do Estado e o poder determinar sobre a violência e a vida das pessoas têm tanta força que ganham respaldo e notoriedade, por meio da positivação das leis.

A crença na legitimidade específica da ação política pode, e sob condições modernas realmente aumenta, chegar a um ponto em que apenas certas comunidades políticas, a saber, os "Estados", são considerados capazes de "legitimar", por meio de mandato ou permissão, o exercício da coerção física por qualquer outra comunidade. Para o propósito de ameaçar e exercer tal coerção, a comunidade política plenamente desenvolvida criou um sistema de regras casuísticas às quais essa particular "legitimidade" é imputada. (WEBER, 1968, p.905, tradução nossa).¹⁵

Por outro lado, Weber (1968, p.905) afirma que quando as funções básicas do Estado estão ausentes ou são primitivas, elas são executadas por grupos *ad morfos*, ou são distribuídas em diversos grupos, "tais como o domicílio, o grupo de parentesco, a associação de bairro, a comuna rural, e associações completamente voluntárias formadas para algum propósito específico." (WEBER, 1968, p. 905, tradução nossa)¹⁶

Ademais, Weber compara a força das ações a partir da natureza da organização. De acordo com o autor, a legitimidade da ação das organizações por parentesco, sob pretexto de atuar por vingança de sangue são mais fracas. Ao contrário disso, a ação de organizações do tipo militar, destinadas a combater um inimigo externo, são mais fortes.

Tornam-se mais claramente perceptíveis onde uma associação territorial é atacada por um inimigo externo em seu domínio tradicional, e os membros pegam em armas à maneira de uma guarda doméstica. Precauções racionais crescentes contra tais eventualidades podem gerar uma organização política considerada como possuindo uma legitimidade particular. Tal organização pode surgir assim que houver uma "certa estabilidade de costumes, bem como pelo menos um aparato corporativo rudimentar, pronto para tomar precauções contra ataques violentos vindos de fora. Isso, no entanto,

¹⁴ No original: (...)the enactment of law (legislative function); the protection of personal safety and public order (police); the protection of vested rights (administration of justice); the cultivation of hygienic, educational, social-welfare. and other cultural interests (the various branches of administration); and last but not least. the organized armed protection against outside attack (military administration). (WEBER, 1968, p.905).

¹⁵ No original: "The belief in the specific legitimacy of political action can, and under modern conditions actually does, increase to a point where only certain political communities, viz., the "States," are considered to be capable of "legitimizing." by virtue of mandate or permission, the exercise of physical coercion by any other community. For the purpose of threatening and exercising such coercion, the fully matured political community has developed a system of casuistic rules to which that particular "legitimacy" is imputed." (WEBER, 1968, p.905).

¹⁶ No original: "such as the household. the kinship group, the neighborhood association, the rural community, and completely voluntary associations formed for some specific purpose." (WEBER, 1968, p. 905)

representa um estágio consideravelmente avançado. (WEBER, 1968, p.905, tradução nossa)¹⁷

Segundo Weber existem três tipos puros de dominação legítima: a tradicional, a carismática e a legal-racional. Na dominação legal, o autor descreve o Estado de forma semelhante aos contratualistas. Dessa forma, o Estado possui o direito de exercer o uso da força, pois detém o monopólio da violência a fim de evitar que ela seja praticada pelos seus cidadãos.

Diante da explicação exposta, tem-se que a teoria de Weber a respeito da legitimidade pode lançar luz sobre a dinâmica presente no Oriente Médio, em especial, no Líbano. Ou seja, a fragilidade do Estado libanês frente às demandas da população explicariam o espaço para o surgimento do Hezbollah, já a ameaça externa gerada pelos ataques de Israel fortaleceriam a legitimidade de um ator não estatal militar, que tem como um dos principais papéis defender o território libanês. Após a expulsão de Israel do território libanês, por exemplo, o Hezbollah ganhou mais prestígio diante da comunidade.

2.5 ATORES NÃO-ESTATAIS

Conforme exposto nas seções anteriores, Weber (1968); Rotberg (2003), a existência de um Estado fraco (característico do Sul Global), com baixa capacidade estatal abre espaço para a atuação de atores não-estatais. Assim, quando um Estado não promove suas funções básicas, tais atores executam esse papel, podendo, inclusive, angariar apoio da população com essa ação.

Segundo a literatura sobre o papel do Estado, verifica-se que na ausência ou na escassez de capacidades estatais, atores não estatais, como tribos, grupos familiares, ou até mesmo, organizações militares ganham espaço e começam a atuar no desenvolvimento e oferta desses bens para a sociedade. Em linhas gerais, Daphné Josselin e William Wallace (2001, págs 3-4) apontam que atores não-estatais são entidades privadas ou público-privadas que possuem autonomia financeira e administrativa em relação ao governo central. Do mesmo modo, esses recursos são oriundos da "a sociedade civil, ou da economia de mercado, ou de impulsos políticos além do controle e direção do Estado." (JOSSELIN; WALLACE, 2001, tradução nossa)¹⁸ Além disso, eles participam de redes que contemplam dois ou mais Estados, ou seja, são transnacionais, dessa forma são instituições que "envolvendo-se em relações

¹⁷ No original: "It becomes more de.irly perceptible where a territorial association is. attacked by an external enemy in its traditional domain. and anns are taken up by the members in the manner of a home guard. Increasing rational precautions against such eventualities may engender a political organization regarded as enjoying a particular legitimacy. Such an organization can emerge as soon as there exists a "certain stability of usages as well as at least a rudimentary corporate apparatus, ready to take precautions against violent attack from without. This; however. represents a fairly advanced stage." (WEBER, 1968, p.905)

'transnacionais', ligando sistemas políticos, economias e sociedades." (JOSSELIN; WALLACE, 2001, tradução nossa)¹⁹ Um último aspecto resultado, é possibilidade, principalmente de forma intencional, desses atores gerarem impactos políticos dentro de um ou mais Estados.

Para Fred Halliday (2001, p.27) , ao contrário do que apontam os realistas, os atores não estatais se comportam como uma continuação da organização que antecedeu o Estado Westfaliano. Dessa forma, as atribuições cumpridas por eles hoje eram de responsabilidade de família, tribos e grupos religiosos, pensamento que corrobora com a visão de Weber (1968, p.905). Mais do que isso, Halliday (2001) aponta que o debate atual das Relações Internacionais entende a transnacionalidade como uma característica da política regional, portanto, é justificada a importância de estudar organizações que agem para além do interesse dos Estados. Esses movimentos são exemplificados nas diásporas e redes religiosas. De acordo com Dalacoura (2001, p. 242), apesar do caráter transnacional dos movimentos islâmicos, seu maior interesse ainda é suportar poder dentro do seu próprio país. A principal preocupação desses grupos, conforme a autora, está relacionada a problemas domésticos, relacionados à política, à economia e à sociedade.

Dessa forma, debater a transformação do Hezbollah no decorrer do tempo e sua atuação como partido político, observando a realidade a qual ele está inserido é importante para que futuramente possam ser construídas respostas e estratégias a fim de lidar com essa organização, sem desrespeitar a comunidade local e o Estado libanês. Desse modo, a adoção de categorias analíticas adequadas são bastante importantes. Apesar do seu caráter militar, o grupo participa de eleições desde 1992, tem autonomia frente ao Estado libanês, além de uma agenda própria. Além disso, o caráter transnacional pode ser percebido de forma simbólica, a partir da ideologia islâmica e dos discursos, sobre a identidade xiita e islâmica, num geral, e de forma material, por meio das relações com o Hamas, o Irã e a Síria. Seguindo essa lógica, o conceito de ator não estatal pode ser utilizado em qualquer iniciativa que vise entender e lidar com o Hezbollah deve compreendê-lo enquanto um ator regional.

2.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo apresentou os principais debates teóricos que auxiliam a análise da relação entre capacidades estatais e legitimidade do Sul Global. Nesse sentido, a partir dos Estudos Críticos de Segurança, os autores defendem que os problemas de segurança desses

¹⁸ No original: “*civil society, or from the market economy, or from political impulses beyond state control and direction.*” (JOSSELIN; WALLACE, 2001)

¹⁹ No original: “*engaging in 'transnational' relations, linking political systems, economies, societies.*” (JOSSELIN; WALLACE, 2001, tradução nossa)

países estão majoritariamente relacionados a questões internas como a coesão social, a legitimidade das elites, das fronteiras e das instituições estatais, além do desenvolvimento socioeconômico e da fácil permeabilidade de atores externos (AYOOB, 1995, p.15). Ainda nesse viés, Azar e Moon (1988) ressaltam que a dificuldade em gerar uma força política unificada pode trazer ameaças à segurança e enfraquecer a capacidade política.

No Oriente Médio os Estados foram formados a partir das demandas dos países europeus, que foram colonizadores. No caso do Líbano, esse país foi a França. O resultado dessa dinâmica colonial é o desenvolvimento de um Estado com forte presença de instabilidade política e desintegração social. Portanto, esse processo resulta em Estados com baixa capacidade estatal.

Com base nas ideias de Tilly (2007), as capacidades estatais são os meios pelos quais um Estado aloca e distribui seus recursos. Elas estão presentes em âmbito administrativo, institucional e político da organização do Estado. Segundo Rotberg (2003) proteção da sociedade civil contra inimigos externos, além da promoção de direitos fundamentais são algumas das funções de um Estado. Aqueles que não conseguem cumprir com suas obrigações são considerados Estados fracos e perdem legitimidade. Ainda segundo Tilly, essa capacidade deriva da coerção e do capital, mas também da crença dos indivíduos no poder vigente, ou seja, na legitimidade.

3. O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO LIBÂNES E A MOBILIZAÇÃO POLÍTICA XIITA

O presente capítulo tem como objetivo analisar a formação e o desenvolvimento do Estado libanês desde o domínio do Império Otomano até a criação do Hezbollah, na década de 1980. Serão apresentadas a evolução do sistema político, a influência das potências colonizadoras na escolha e na manutenção das elites libanesas, além da presença da pauta identitária e seus desdobramentos, objetivando entender como se deu o processo de construção das capacidades estatais. Por fim, será apresentado o histórico da marginalização da população xiita, da sua mobilização e das consequências dos ataques feitos por Israel no sul do Líbano para essa comunidade.

3.1. FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO LIBANÊS: ECONOMIA, ELITES E DISTRIBUIÇÃO DE PODER

Durante o Império Otomano muitas comunidades locais permaneceram tendo certa autonomia sobre seus territórios, sendo elas responsáveis por cobrar os impostos para o Império. Nos territórios rurais que hoje correspondem ao Líbano, comunidades de drusos e cristãos tinham certa autonomia (ZAHREDDINE, 2020, p.30).

Segundo Fawwas Traboulsi (2012) a criação do Emirado do Monte Líbano, em 1523, durante o Império Otomano foi um dos principais fatores que originaram o Líbano como ele é hoje. Essa forma de organização se deu a partir dos emires drusos da dinastia Maan e, em alguns momentos, incluiu os territórios da Síria e da Palestina histórica. As elites locais que administravam o Emirado eram aceitas e reconhecidas pelo Império Otomano. De acordo com Danny Zahreddine (2020, p.31) a manutenção dessa elite estava relacionada às suas obrigações junto ao Império Otomano, que diziam respeito à arrecadação de impostos e ao controle de produção nas propriedades.

O Monte Líbano foi dividido entre cristãos e drusos, a partir da proposta feita pelo chanceler austríaco Metternich. Os britânicos e os otomanos apoiaram a exigência dos drusos em ter um governador muçulmano, por outro lado, os franceses clamavam pelo retorno do principado cristão de Shihab (TRABOULSI, 2012, p.24). O Emirado teve duas lideranças. O Emir druso Fakhreddine II ampliou a integração no Monte Líbano e a participação da comunidade maronita na produção de seda. Ele tentou conseguir a independência do Emirado

com o apoio do Vaticano, dos maronitas e dos Médicis de Florença. Precisou exilar-se em Florença ao ter seu plano de independência descoberto pelos otomanos, quando voltou ao Monte Líbano, não tinha mais o apoio da comunidade drusa, sendo executado pelo Império Otomano em Constantinopla, em 1635 (TRABOULSI, 2012).

Bashir Shihab II esteve no poder de 1788 a 1849. Durante seu mandato as relações entre maronitas e drusos se intensificaram, em alguns momentos ele favoreceu os maronitas em detrimento dos drusos. Seu mandato chega ao fim com a retirada da presença egípcia na região e a retomada do controle Otomano. O emir Shihab, assim, se exila e passa a viver com sua família em Malta (TRABOULSI, 2012).

Na década de 1830, houve uma ruptura entre as principais comunidades religiosas, que antes viviam bem em conjunto. O Emir Bashir Shihab era membro da comunidade local e havia sido reconhecido pelos otomanos como principal fazendeiro responsável por arrecadar os impostos. Esse reconhecimento tornou os Shihab “chefes de uma hierarquia de famílias proprietárias de terras, cristãs e drusas”. A partir da década de 1830, aconteceu ruptura entre as comunidades, em função “do descontentamento dos camponeses com seus senhores, de tentativas otomanas de introduzir controles diretos e das interferências britânica e francesa.” Já em 1860, a Guerra Civil no Líbano provocou um massacre de cristãos em Damasco. Junto a isso, surgiram manifestações contrárias às reformas do Império Otomano e aos interesses europeus relacionados a elas. Como consequência, as potências estrangeiras criaram um regime especial para o monte Líbano (HOURANI, 2006, p.163).

Os interesses europeus na região do Oriente Médio não se resumiam a ter boas relações comerciais, ao contrário disso, as potências imperialistas estabeleceram relações de dependência econômica, promovendo empréstimos a governos e investimentos em serviços públicos cujas empresas estrangeiras recebiam concessões (HOURANI, 2006, p.168).

Em 1833, o território libanês foi ocupado por Ibrahim Pasha, filho de Mohammed Ali, vice-rei do Egito. A tentativa de Ali de tirar o poder do Império Otomano desagradou as potências coloniais (França, Itália, Prússia, Áustria, Inglaterra), que obrigaram a França a pressionar o líder egípcio. O acordo das cinco potências considerava então que as ambições de Mohammed Ali de derrubar a monarquia otomana e substituí-la não eram aceitáveis.” (LE MONDE, 2020) Em 1842, o Império Otomano realizou reformas administrativas no Monte Líbano intituladas "Regulamento de 1842", que implementaram a divisão entre as regiões drusas e maronitas.

Em 1843 o Império Otomano, sob pressão da Áustria, Reino Unido e França dividiu o Monte Líbano em duas províncias. A parte norte ficou sob administração maronita e a parte sul,

ficou para os drusos. Contudo, essa divisão intensificou os atritos sectários entre os dois grupos. Segundo Christian da Camino Karam (2010, p. 30) essa região, no período entre 1840 até o fim do estatuto de semi-autonomia, passou por muitas crises políticas e sociais, fortemente influenciadas por atores externos. O ponto de mudança da postura do Império Otomano ocorreu em 1915, quando esse decidiu “recuperar o controle estatal direto sobre esse território”.

Os otomanos intervieram na política do território priorizando os drusos. Nesse contexto, a ideia de dividir o monte líbano em duas partes veio do apoio do chanceler austríaco Metternich entre os britânicos e os otomanos a demanda drusa por um imperador druso de um governador muçulmano. Além disso, os franceses também tinham interesse na volta de Shebab.

Emir druso Ahmad Arsalan foi nomeado qa'im maqam do distrito misto do sul e o emir cristão Haydar Ahmad Abi-l-Lama' qa'im maqam de o distrito predominantemente cristão do norte.¹ Cada qa'im maqam seria apoiado por dois wakils, um druso e um cristão, que deveria ser apoiado por dois wakils, um druso e um cristão, que exerciam sua autoridade judicial e fiscal sobre os membros da suas respectivas comunidades. (TRABOUSLI, 2012)



Figura 1 - Divisão do Monte Líbano, 1843-1860.

Fonte: Harris, 2012

Conforme mostra a figura, a divisão dos dois principais *Qa'im-maqamates* (distritos administrativos) estavam baseados em linhas religiosas. O 1 corresponde ao distrito maronita e o 2 ao distrito druzo. Além disso algumas regiões são mistas. As terras drusas sofriam ataques de agricultores maronitas, por outro lado, as cidades de maioria cristã no sul do Líbano não aceitavam a autoridade drusa. O estopim dessa situação se deu em 1860. Após diversas revoltas de maronitas contra drusos culminou em uma violenta resposta drusa que significou a morte de milhares de maronitas, sobretudo nas cidades de Zahle, Deir al Qamar e Damasco (TRABOULSI, 2012). O embate entre França e Reino Unido gerou reflexos no monte Líbano. Segundo Fawwaz Traboulsi (2012) a divisão do Monte Líbano aprofundou o sentimento identitário das comunidades confessionais e gerou uma relação de violência constante.

Em 1861 o Império Otomano criou a Província semi-autônoma do Monte Líbano. Durante esse período foi governada por diversos cristãos não libaneses, sob a vigilância da França, Reino Unido, Áustria, Prússia e Rússia, a partir de um sistema de *mutassarif* (governador) otomano que contaria com o aval das potências estrangeiras (TRABOULSI, 2012) Essa forma de organização esteve vigente até 1915, quando o Império Otomano perdeu a primeira Guerra Mundial.

A semiautonomia do Líbano não foi muito positiva para os maronitas, que tiveram parte de suas terras retiradas e precisaram se refugiar em outros países. A construção da identidade libanesa acontecia sob demandas difusas. Alguns maronitas não assimilaram tão facilmente a identidade árabe, pois estavam muito ligados aos franceses. Havia quem fosse pró-ocidente, por outro lado, alguns eram “pró autonomia total” ou “nacionalistas libaneses” ou “pan arabista”. O pan arabismo era usado para diminuir as diferenças entre cristãos e muçulmanos (COSTA, 2006, p.42).

Segundo Renato Costa (2006, p.44), em 1876, foi promulgada, durante o sultanato de Abduhamid II(1876-1909), a Constituição para o Império, mas logo foi suspensa e substituída por uma política pan- islâmica. Essa escolha pelo pan islamismo foi uma estratégia usada pelo Império Otomano como tentativa de frear os movimentos nacionalistas que buscavam a fragmentação do Império.

A primeira Guerra Mundial teve grande impacto no Oriente Médio, pois representou a falência do Império Otomano. Com a derrota do Império Otomano, França e Grã-Bretanha buscaram dividir o território otomano em zonas de influência, a partir do acordo secreto de Sykes-Picot. Nesse contexto, os países europeus buscavam mecanismos para ampliar seus territórios na África e na Ásia. Suas ações incluíam apoiar a mobilização de certos grupos

políticos, ao mesmo tempo em que limitavam suas possibilidades de implementar ações militares para alcançar seus objetivos. Ao contrário disso, os países apoiavam seus próprios projetos de nacionalismo, a exemplo da Grã-Bretanha que defendeu a criação de um lar-nacional para o povo judeu na Palestina. Ademais, as próprias rivalidades dos países europeus se refletiam em blocos políticos antagônicos na região do Oriente Médio (COSTA, 2006, p. 50).

A família Hashemita, liderada pelo xerife de Meca, Hussayan Ibn Ali, tinha interesse em preservar a região chamada de Grande Síria. Desse modo, o império britânico fez promessas ao Xerife de Meca e cedeu a ele a Síria, por meio dos acordos de Sykes-Picot (COSTA, 2006, p.52). Essa situação foi negada e combatida militarmente pela França, que expulsou o Xerife de Damasco em 1920 (HARRIS, 2012, p. 150).

A criação do Grande Líbano evidenciou a disputa de interesse entre muçulmanos, que por um lado, queriam uma grande Síria ligada ao mundo árabe e de cristãos, que por outro, desejavam um Líbano independente alinhado aos interesses da França. O Líbano que foi criado em 1920 tinha profunda dependência do mandato francês. A França denominou Henri Gouraud como Alto Comissariado da Síria e da Região do Levante. No dia 1 de setembro de 1920 ele proclamou amizade com o povo libanês, ressaltando as virtudes e valores franceses. (COSTA, 2006, p. 52) As novas fronteiras delineadas pela França acrescentavam Beirute, Trípoli, Sidon, Jabal Amil, Biqa e Akkar ao pequeno Líbano (HARRIS, 2012, p. 150). Segundo Wiliam Harris (2012, p. 150) Essas fronteiras refletiam o desejo maronita, mas davam ao Grande Líbano apenas uma mera maioria cristã, enquanto que para os muçulmanos sunitas, ela representava uma dupla humilhação. Todavia, após a reformulação de fronteiras, os cristãos maronitas, que antes compunham 58% do total da população do Monte Líbano passaram a corresponder a 33% da população.

Cortesia das áreas anexadas, os muçulmanos sunitas aumentaram de 3,5% para 20,5%, mesmo com alguns boicotando o censo francês, e os xiitas aumentaram de 5,6% para 17,2%. A crescente maré maronita dos séculos otomanos, desacelerada pela emigração após 1890, entrou em recessão com a fome da Primeira Guerra Mundial e a criação do Grande Líbano. (HARRIS, 2012, p.177)

O Oriente Médio era importante para as potências europeias, pois denotavam o seu poder no sistema imperial. “ Além disso, a presença militar francesa na Síria e no Líbano fortalecia a posição da França como potência mediterrânea e mundial; seu exército podia usar sua terra, a marinha, seus portos, e uma rota aérea militar ia da França, através do Líbano, para a Indochina.” (HOURANI, 2006, p. 188)

Com o fim da Primeira Guerra Mundial foi possível perceber o rompimento dos padrões de poder atrelados ao Império Otomano: “predominavam os grandes interesses estratégicos e econômicos de um único Estado europeu, ...”. Mesmo em lugares como Egito, Tunísia e Marrocos nos quais existiam governos nativos nominais, eles perderam o poder na medida em que se expandia o domínio de autoridades européias. (HOURANI, 2006, p. 167)

Sob outros aspectos, as políticas seguidas pela Inglaterra e pela França podiam ser encaradas, num certo sentido, como continuidades, de um modo mais efetivo, das dos reformadores nativos. Por baixo da fachada de governos autóctones, introduziam-se mais autoridades estrangeiras, que aos poucos foram adquirindo um vasto controle; mudou o equilíbrio entre elas e as autoridades nativas.”(HOURANI, 2006, p. 167)

De acordo com Fawwaz Traboulsi (2012, p.75, tradução nossa) “O estado moderno do Líbano, nas fronteiras definidas em 1º de setembro de 1920, nunca existiu antes na história. É um produto da partilha colonial franco-britânica do Oriente Médio.”²⁰ Segundo o autor, as fronteiras do Líbano não remetem a quaisquer limites naturais ou artificiais, criadas pelo nacionalismo árabe, mas sim, a um Estado criado a partir do processo de partição tanto quanto Síria, Jordânia, Palestina, Iraque.

A criação do Grande Líbano atendeu aos interesses dos cristãos maronitas e da França. “No início de 1920, a maioria do conselho administrativo do Monte Líbano, majoritariamente cristão, era favorável à obtenção do Grande Líbano por meio de um acordo próprio com Faysal e os nacionalistas árabes.” (HARRIS, 2012, p.177, tradução nossa)²¹ Apesar disso, a criação do Grande Líbano gerou uma mudança demográfica favorável ao muçulmanos. Contudo, a população muçulmana desejava ser absorvida por uma entidade árabe ou síria maior. Até a década de 30 foi possível notar essa disputa por uma única identidade do Estado (HOURANI, 2006, p. 200). A Liga das Nações formalizou essa tutela em 1922.

Depois que a guerra acabou, o Tratado de Versalhes estabeleceu que os países árabes antes sob domínio otomano podiam ser provisoriamente reconhecidos como independentes, sujeitos a prestação de assistência e aconselhamento por um Estado encarregado do “mandato” para eles. Foram esses documentos, e os interesses neles refletidos, que determinaram o destino político dos países. De acordo com os termos

²⁰ No original: “*The modern state of Lebanon, in the frontiers defined on 1 September 1920, never existed before in history. It is a product of the Franco-British colonial partition of the Middle East.*” (TRABOULSI, 2012, p.75)

²¹ No original: “*By early 1920, the majority on the mainly Christian administrative council of Mount Lebanon favored obtaining Greater Lebanon through their own deal with Faysal and the Arab nationalists.*”(HARRIS, 2012, p.177)

dos mandatos, formalmente concedidos pela Liga das Nações em 1922, a Grã-Bretanha seria responsável pelo Iraque e pela Palestina, e a França pela Síria e pelo Líbano. (HOURANI, 2006, p.185)

Ainda sob forte influência política da França, a elaboração da primeira constituição árabe moderna feito pelo Líbano foi supervisionada pelo Alto Comissariado Francês no ano de 1926. Apesar da participação de representantes dos grupos religiosos libaneses, a França detinha o Mandato, e assim, o poder de veto em relação a artigos que pudessem prejudicar seus interesses (COSTA, 2006, p.55). “Os funcionários franceses sabiam que tinham de aplacar os líderes sunitas, xiitas, drusos e ortodoxos. Eles apoiaram a elaboração do conselho multicomunitário dos mutasarrifya numa “democracia confessional” amplamente justa.” (HARRIS, 2012, p. 150)

A nova constituição trouxe em seu texto, de forma explícita, a ratificação dos direitos da França sobre o território libanês. Nesse sentido, a quarta parte do documento rememora a existência do Mandato francês e de sua legitimidade junto à Liga das Nações. Cabia ao Alto Comissariado francês fiscalizar as atividades políticas e administrativas. Além disso, essa constituição faz referência ao regime confessional, mas não explica como isso seria posto em prática. O modelo político definido foi o republicano parlamentarista com um parlamento unicameral, Câmara dos Deputados; um presidente e um Conselho de Ministros, ou Gabinete (COSTA, 2006, p. 56).

Foi feito um recenseamento da população na época. No entanto, os números não foram recenseados de maneira neutra. Em torno de 60 mil pessoas que moravam no Líbano não foram contabilizadas como parte da população do país por não possuírem carteiras de identidade utilizadas pelos recenseadores para fazer a contabilização (JÚNIOR, 2014, p.59).

Figura 2 - Do “Pequeno Líbano” à República Libanesa



Fonte: Danny Zahreddine (2020) com dados de (SALIBI, 1988)

A figura acima mostra a transformação territorial do Líbano após o alargamento de suas fronteiras. De acordo com Zahreddine (2020, p. 34) houve o acréscimo das cidades de Sidon e da região sul até a fronteira com a Palestina; Trípoli e o antigo Sanjak de Akkar, e todo o Vale do Békaa até o cume do Antilíbano. O Grande Líbano surge em 1 de setembro de 1920 e essa ampliação territorial visa possibilitar maior autonomia econômica e o combate à fome, tendo em vista o aumento da terra agricultável. Ainda segundo Zahreddine (2020, p.34), por outro lado, esse movimento gerou uma mudança demográfica importante ao ampliar significativamente o número de muçulmanos. Antes, os cristãos maronitas compunham 58% da população e agora passam a corresponder a 33%. Estabeleceu o Líbano como uma república parlamentar. A partir de acordos com os franceses foi implementado um sistema de ocupação de vagas no parlamento proporcional aos grupos etnoreligiosos da população. Nesse período os presidentes e primeiros-ministros precisavam da autorização. Mais tarde, a França teria o direito de vetar leis e

dissolver o parlamento e suspender a constituição. “Porém, por um bom tempo, mesmo se fossem chamados a fazer parte do governo, muitos muçulmanos recusavam, pois para muitos deles participar da vida política libanesa seria reconhecer a legitimidade de sua incorporação ao novo país.” (JÚNIOR, 2014, p.57)

“O grande Líbano criado pelos franceses incluía mais muçulmanos que o privilegiado distrito otomano antes. A maioria dos muçulmanos assim incorporados achava que ele devia ser absorvido numa entidade árabe ou síria maior; para a maioria dos cristãos, era essencialmente um Estado cristão. Só em fins da década de 1930 começou a ganhar força a idéia de um Estado baseado em acordo entre as várias comunidades cristãs e muçulmanas.” (HOURANI, 2006)

Uma das principais dificuldades no Líbano é conseguir encontrar um consenso entre os 18 grupos etnorreligiosos, por isso as questões relativas ao censo são tão importantes. Em 1932 a França em conjunto com as autoridades libanesas realizaram um recenseamento que confirmou que os cristãos eram a maioria no Líbano, sendo os maronitas a primeira população mais numerosa, os sunitas a segunda e os xiitas a terceira. Esse censo foi importante para a criação do Pacto de 1943.

A década de 1930 foi marcada pela aproximação das lideranças libanesas e sírias, cujo resultado seria notado futuramente na luta pela independência. A exemplo disso está a relação entre o libanês Beshara el-Khouri e o representante sírio Jamil Mardam Bey (JÚNIOR, 2014, p. 89). O ano de 1936 foi bastante marcante na história do Líbano. Nesse período houve o aumento das tensões políticas e sectárias. Émile Eddé, nacionalista pró-francês, foi eleito o presidente e nomeou como primeiro-ministro um muçulmano sunita. Nessa nova etapa da política libanesa, a presidência sempre seria ocupada por um maronita e o cargo de primeiro ministro por um muçulmano sunita. Para tal distribuição de poder foi utilizada como forma de legitimação o censo de 1932. Nesse contexto, xiita e drusos ficavam em desvantagem e recebiam menor representatividade política. O regime de Mandato era cada vez mais contestado pelos libaneses e durante a Segunda Guerra Mundial, para evitar qualquer movimento que a desfavorecesse, a França, na figura do Alto Comissário Gabriel Puaux, suspendeu a Constituição libanesa (COSTA, 2006, p. 60).

Em 1936 o governo francês da Frente Popular, representado por Leom Blom inicia negociação com autoridades sírias e libanesas para alinhar os termos da independência dos dois países (JÚNIOR, 2014, p.61). Sendo influenciados pela política síria, os libaneses foram estimulados a fazer o mesmo. Como resultado, é assinado o Tratado Franco-Libanês, que

garantia a independência do Líbano, além de uma vaga na Sociedade das Nações até 1939. Contudo, esse tratado não chegou a ser ratificado. A separação entre Síria e Líbano não era bem vista pela comunidade sunita, que tinha por objetivo a anexação dos territórios libaneses à Síria. Além de greves e demonstrações de embates com cristãos, os muçulmanos organizaram encontros na casa da liderança sunita Salim Salam intitulados de “Conferências da Costa” (JÚNIOR, 2014, p. 72).

Em 1936, o governo da Frente Popular negociou tratados com eles semelhantes aos da Grã-Bretanha com o Iraque: iam tornar-se independentes, mas a França teria o uso de duas bases aéreas na Síria por 25 anos, e de instalações militares no Líbano. As condições foram aceitas pela aliança dominante de líderes nacionalistas na Síria, e pela elite sobretudo cristã no Líbano, mas jamais foram ratificadas pela França, desde que o governo da Frente Popular se desfez e as fracas coalizões que se seguiram cederam à pressão de vários lobbies em Paris. (HOURANI, 2006)

Na sociedade libanesa as propostas de independência surgiam de algumas formas. Uma parcela dos maronitas elaborou o Bloco Nacional. Eles defendiam que assim como Israel seria o lar nacional dos judeus na Palestina, o Líbano seria o lar dos cristãos e a Síria, o lar dos muçulmanos. Outra corrente do pensamento maronita, o Bloco Constitucional, contava com membros drusos e xiitas e defendia a ruptura de laços com a França. Já os sunitas defendiam uma independência libanesa a partir de uma perspectiva pan-arabista. A primeira fase da Independência do Líbano contou com a saída do Líbano do mandato francês com um novo regime entre os anos de 1942 e 1947. Já em maio de 1947, ocorreram as primeiras eleições parlamentares em contexto de independência, além da resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas de Novembro de 1947, recomendando a divisão do mandato britânico da Palestina entre estados judeus e árabes (HARRIS, 2012, p.195).

Em 1943 foi eleito o primeiro presidente do Líbano independente, Bechara el Khouri. Ele defendia o fim do mandato francês e a implementação do Pacto Nacional (ZAHREDDINE, 2020). No entanto, Khouri passou a perseguir seus opositores. Além disso, os privilégios do grupo cristão também eram motivo de crítica. A criação do Estado de Israel representou um sério problema ao governo de Khouri. Desde 1920, a relação entre maronitas e sionistas se intensificava, incluído a assinatura do Tratado de Cooperação entre a Organização Sionista e

representantes da Comunidade Maronita. Sendo o Líbano um país da Liga Árabe, e conforme o Pacto Nacional, o país deveria ficar ao lado dos demais países árabes na disputa contra Israel. Dado o apoio maronita a Tel Aviv, Khouri escolheu abster o Líbano de lutar ao lado dos demais países árabes, o que gerou a indignação da população muçulmana (COSTA, 2006, p. 69). De acordo com William Harris (2012, p.195), o presidente al-Khuri manchou a sua reputação de herói da independência ao tentar manter o poder contra uma classe política relutante e o público em geral, mas a sua demissão forçada em 1952 indicou alguma saúde na “democracia confessional”. (HARRIS, 2012, p.195, tradução nossa)²²

O Pacto de 1943 representou um acordo de confiança mútua pela busca de uma identidade genuinamente libanesa. De acordo com Danny Zahreddine (2020, p.37), o pacto foi elaborado por políticos representantes dos grupos muçulmano e cristão com a intenção de acomodar os interesses dessas populações. Além de reafirmar seu posicionamento em relação a boas relações com o ocidente, ao mesmo tempo, seu compromisso em defender os interesses de Estados irmãos (árabes) (COSTA, 2006, p. 65). Ele também procurou estabelecer interesses comuns de diferentes grupos religiosos²³. Teve como base o censo realizado em 1932 e estabeleceu a divisão de poder nas esferas públicas. Desse modo, ficou acordado que:

o presidente do Líbano seria um cristão maronita, o Primeiro Ministro um muçulmano sunita, o presidente do parlamento um muçulmano xiita, e as cadeiras do parlamento seriam divididas em uma proporção de 6 cristãos para 5 muçulmanos, isto significava 54 cadeiras para cristãos (Maronitas, Gregos Ortodoxos e Gregos Católicos) e 45 para muçulmanos (sunitas, xiitas e drusos). (ZAHREDDINE, 2020, p.37)

O Pacto deixou de fazer sentido, pois o poder executivo era desenhado pelos maronitas e sobrava pouco espaço e representatividade para a comunidade muçulmana. Os maronitas se fortaleciam pelo Partido Social Democrata, sob liderança de Pierre Gemayel. Na oposição, organizações drusas como o Partido Progressivo Socialista, de 1949, liderado por Kamal

²² No original : “*President al-Khuri besmirched his reputation as a hero of independence in trying to retain power against an unwilling political class and wider public, but his forced resignation in 1952 indicated some health in “confessional democracy.”*”(HARRIS, 2012, p.195)

²³ “Os grupos confessionais libaneses são: Alauitas, Armênios, Católicos, Armênios Ortodoxos, Assírios, Caldeus Católicos, Católicos Romanos, Coptas, Drusos, Gregos Católicos, Melquitas, Gregos Ortodoxos de Antioquia, Ismaelitas, Judeus, Maronitas, Protestantes, Siríacos Católicos, Siríacos, Ortodoxos, Sunitas, Xiitas.” (ZAHREDDINE, 2020)

Jumblatt conseguia angariar apoio de seguidores de outros grupos religiosos. Havia também aqueles que lutavam pela união do Líbano e da Síria, por meio do Partido Nacionalista Sírio (COSTA, 2006).

Entre 1945 e 1958, o sistema conseguiu manter um equilíbrio e um certo grau de cooperação entre os líderes das diferentes comunidades, mas no período de uma geração suas bases começaram a se enfraquecer. Houve uma mudança demográfica: a população muçulmana cresceu mais rápido que a cristã, e na década de 1970 admitia-se em geral que as três comunidades coletivamente vistas como muçulmanas (sunitas, xiitas e drusos) eram maiores em número que as comunidades cristãs, e alguns de seus líderes mostravam-se menos dispostos a aceitar uma situação em que a presidência e o poder último ficavam nas mãos dos cristãos. (HOURANI, 2006)

A independência lançou luz acerca do debate sobre qual papel o Líbano exerceria na região do Oriente Médio e como ele iria se posicionar. Por um lado, partidários de um liberalismo econômico apostavam nas relações do Líbano com o Ocidente; por outro, alguns defendiam a priorização das relações /com os países árabes, em especial com a Síria.

Em 1948, a criação do Estado de Israel no território palestino gerou a expulsão de 700 mil árabes de suas terras. Na época, 120 mil palestinos foram se refugiar no Líbano e se abrigaram em campos que eram administrados pela Organização das Nações Unidas, por meio de uma instituição chamada *United Nation Relief and Work Agency* (UNRWA). Os palestinos eram majoritariamente sunitas e, por essa razão, tinham maior afinidade com esse grupo religioso, enquanto representavam uma potencial ameaça para os maronitas, caso viessem a adquirir a cidadania libanesa e mudar o cenário do sistema confessional (JÚNIOR, 2014, p. 94).

O papel do Líbano na guerra foi o de deslocar seu exército de Ras al-Naqla na estrada costeira em direção a Acre e Haifa. O objetivo, junto ao exército sírio era tomar Milkiya, entretanto, uma contra ofensiva israelense retomou esse território e ocupou 14 aldeias dentro do Líbano. Em 23 de março de 1949 o armistício entre Israel e Líbano foi assinado e Israel se compromete a deixar o território libanês. Do ponto de vista econômico, houve melhora no ramo de serviços, ele foi beneficiado com o boicote árabe a Israel. “Beirute assumiu o papel de Haifa como principal porto do interior árabe e como centro de comunicação internacional entre a Europa, a Ásia e algumas partes de África.” (TRABOULSI, 2012, p. 114, tradução nossa)²⁴ Além disso, grande capital palestino teve o Líbano como destino. De acordo com Traboulsi

²⁴ No original: “Beirut took over Haifa’s role as the main port of the Arab hinterland and as an international communication center between Europe, Asia and some parts of Africa.” (TRABOULSI, 2012, p. 114)

(2012, p.114) foram 150 milhões da moeda palestina para o país. Por outro lado, segundo o autor, as exportações libanesas foram prejudicadas, tendo em vista que a Palestina era um comprador mais expressivo do que França ou Estados Unidos, por exemplo (TRABOULSI, 2012, p. 114).

Camille Chamoun foi eleito em 23 de setembro de 1952 pela Câmara de Deputados. Chamoun contava com forte apoio da população cristã, que não se sentia representada pelo nacionalismo árabe e era contrária a uma aproximação com Nasser. Já a oposição tinha o mesmo posicionamento da Síria e do Egito e condenavam a Doutrina Eisenhower. Logo, Chamoun passou a ser criticado por manter a mesma estrutura sectária que seu antecessor, a qual privilegiava os maronitas. O líder druso Jumblatt passou a pedir pela realização de um novo censo e questionou o Pacto Nacional, já que, segundo ele, os muçulmanos já superariam a população cristã. Como resposta, os maronitas alegavam que a maioria dos novos muçulmanos seriam referentes aos palestinos refugiados (COSTA, 2006, p.72).

Em 1956, o presidente do Egito, Gamal Abdel Nasser, nacionalizou o canal de Suez, que estava sendo controlado por empresas britânicas e francesas. França, Inglaterra e Israel empenharam-se para enfraquecer o projeto pan-arabista. O governo Chamoun tinha grande receio do que o pan-arabismo de Nasser poderia representar para o Líbano. Nasser e seus apoiadores queriam que o Líbano se juntasse à República Árabe Unida (RAU), que, até o momento, era a união entre Síria e Egito. As tropas estadunidenses foram convocadas para estar no território libanês.

A nova elite libanesa era formada por homens de negócios e banqueiros e era aliada aos antigos chefes de clãs e comunidades. Houve um aumento da população muçulmana com a chegada dos refugiados palestinos. O Líbano foi o primeiro país do Oriente Médio a reconhecer a Doutrina Eisenhower no dia 16 de março de 1957. De acordo com Ferabolli (2007), essa doutrina foi acatada sob o pretexto de barrar ameaças oriundas do regime comunista, mas o real objetivo era conter a influência nasserista.

Em 23 de setembro de 1958, o General Fuad Shihab, comandante do exército maronita, assume a presidência. Ele pede a retirada das tropas estadunidenses do território libanês. Apesar do aspecto identitário entre o caminho do arabismo e do libanismo seguia sendo uma questão, Shihab tentou promover a unidade nacional e honrar o compromisso com diversos grupos religiosos. Ele promoveu uma reforma no sistema eleitoral, ampliando o número de cadeiras no parlamento de 66 para 99 e aumentou a rede de saúde e educação. Além disso, suas relações com Nasser eram boas “promoveu um Estado modestamente intervencionista, com investimento público nas periferias, particularmente no sul xiita e em Bija.” (HARRYS, 2012, p. 295) Dutra

Júnior (2014, p.387) afirma contradições do governo Shihab, como acusações de levar o sistema político de um jeito rígido e ditatorial. Apesar disso, no balanço final, o governo ficou bem lembrado. O mandato acabou com expansão econômica e estabilidade política. Todavia, os choques com as classes políticas tradicionais com as forças esquerdistas e revolucionárias, além das dificuldades com os palestinos antecederam os anos violentos que viriam após seu governo (DUTRA JÚNIOR, 2014, p.389). Aliança dos nacionalistas árabes com a esquerda, com os membros do partido Baath, da Síria. O presidente Chamoun, apoiado pelos Estados Unidos, dizia-se defensor do nacionalismo libanês. Opositores passaram a ser perseguidos.

Não havia consenso sobre como agir com as organizações combatentes no Sul do Líbano. Elas utilizavam o território libanês para planejar as ações que seriam executadas fora. Israel alegava que o Líbano deveria ter obrigação de se responsabilizar pelas ações dos grupos. Assim, a questão palestina dividia opiniões na sociedade libanesa e gerava instabilidade no poder. No final de 1968, Jumblatt compôs um movimento de oposição que culminou em protestos que paralisaram o país. Como resposta, Helou aceitou discutir a presença palestina no Líbano. O resultado foi o desenvolvimento do Acordo do Cairo, que garantiu a autonomia de agir para a Organização para a Libertação da Palestina (OLP). A organização passou a organizar sequestros e atentados, comportamento que prejudicou ainda mais a relação de libaneses com os refugiados palestinos e fragilizou a legitimidade da causa palestina. No entanto, cabe notar que as ações da organização não causaram os problemas do Líbano com Israel, mas sim, foram catalisadores.

O maronita Charles Hilu sucedeu Shihab em 1964. Na política interna, a discussão entre o Libanismo e o Arabismo continuavam sendo um grande desafio para a integração nacional, em especial porque a comunidade xiita no sul do Líbano havia se tornado maior que a maronita.

O ‘esquecimento’ do sul do Líbano por parte dos governantes da nação não era problema recente e pode ser atribuído à posição política que os xiitas historicamente ocuparam no Islã, no Império Otomano e, posteriormente, no Estado Libanês. Sendo deixados à parte das grandes questões e muitas vezes sendo perseguidos, os xiitas acabaram por cultivar uma forma peculiar de serem inseridos na realidade nacional (COSTA, 2006, p.80)

Já na política externa, Hilu se manteve neutro em relação à Guerra dos Seis Dias, o que lhe rendeu muitas críticas. Com a expansão do território israelense muitos palestinos se refugiam na Jordânia e no sul do Líbano. A partir desse momento, a OLP passa a se envolver em atos terroristas. (ZUHUR, 2003, p.155 apud COSTA, 2006, p. 82) Durante a década de

1970, o mundo vivia sob os efeitos da Guerra Fria. O socialismo era apresentado como alternativa para fortalecer os países do Terceiro Mundo. No Oriente Médio uma esquerda não alinhada com a URSS acabou ganhando força, especialmente em relação a grupos pró-Palestina (COSTA, 2006, p. 89). A Síria invadiu o Líbano em 1976 e Israel invadiu em 1978 e em 1982. Havia uma aliança entre israelenses e cristãos falangistas liderados por Bachir Gemayel (filho de Pierre Gemayel), cujo principal objetivo era extinguir a resistência palestina do Líbano (CHEAITO, 2023, p. 73).

De acordo com Fawwaz Traboulsi(2012), a guerra civil de 1975 ocorreu em etapas. A primeira foi mais interna e ocorreu de 1975 a 1976. A presença da OLP é fator catalisador nas disputas entre palestinos e cristão nesse período. Ocorreram massacres contra palestinos(Ayn al-Run) e contra cristãos (Damour). No dia 13 de abril de 1975, membros da OLP executaram o guarda-costas de Gemayel. No mesmo dia um ônibus de combatentes palestinos foi atacado por simpatizantes do Kataeb e este foi o estopim para a Guerra. (CHEAITO, 2023,p.71) No total 120 mil pessoas foram mortas na Guerra Civil. A população civil passou a se organizar em forma de milícias vinculadas aos grupos sectários. Entre as milícias ativas na época estavam a Frente Libanesa, liderada pelos cristão maronitas, Movimento Nacional Libanês, esquerdistas seculares e muçulmanos sunitas simpatizantes do nacionalismo árabe “o Amal , a primeira organização política e armada xiita, liderada por Musa al-Sadr; e a OLP, que representava a grande população de refugiados palestinos do Líbano.” (CHEAITO, 2023, p. 72)

Após cometer crimes de guerra, Israel concordou em retirar suas forças de Beirute. Após a invasão israelense no sul do Líbano, os xiitas vêem a necessidade de se mobilizar de forma armada (HOURANI, 2006). Em 14 de março de 1978 aconteceu a primeira ofensiva em larga escala realizada por Israel sobre o território libanês. O objetivo desse ataque era responder aos grupos palestinos presentes na fronteira do Sul do Líbano. Israel levou seus soldados até o Rio Litani. O ato levou a indignação e protestos da população libanesa. A resposta do Conselho de Segurança das Nações Unidas foi exigir a retirada de tropas israelenses e a criação da UNIFIL (Força Interina das Nações Unidas no Líbano, em português). A operação Litani acabou com o recuo das tropas israelenses e o fracasso em seu objetivo em acabar com a OLP. A Operação Litani obrigou o deslocamento de 250.000 libaneses de seu território.

Desde 1984, o Líbano estava sendo campo de batalha de Israel e Síria. A saída da OLP do Líbano deixou um vácuo de poder. A morte Imã Musa Sadr, líder do AMAL, passou por transformações até que uma nova liderança, Nabi Berri, assumisse. A mudança para um caráter mais secular afastou muitos seguidores. Ao mesmo tempo, a comunidade xiita passou a ser apoiada pelo regime revolucionário de Khomeini.

3.2 XIITAS NO SUL DO LÍBANO: IDENTIDADE E MOBILIZAÇÃO

Após a morte do profeta *Mohammed* a comunidade muçulmana (*umma*) ficou dividida sobre quem seria a próxima liderança. A maior parte das pessoas defendeu que o melhor líder seria Abu Bakr, sogro de *Mohammad*. Esse grupo passou a se identificar como sunita. Já aqueles que apontaram para Ali, primo e genro de Mohammed, como nova liderança são intitulados xiitas. Andrew Patrick Traumann (2013, p.7) aponta que essa divisão foi inicialmente política e depois doutrinária, por isso traz algumas divergências na ênfase e na interpretação de alguns eventos.

De acordo com Flávia Luz (2018), o martírio do Imam Hussein na cidade de Karbala (Iraque) é parte importante da constituição da identidade xiita duodécima. Dessa forma, essa narrativa é encarada como, segundo a autora, elemento definidor do pensamento político-religioso, além de “[...]modelos ideais de lidar com a vida e a morte, tendo em vista, a busca constante da justiça, o questionamento da tirania e corrupção[...] e o fato de que a entrega do Imam Hussein. A narrativa de Karbala é também importante na construção da ideia de uma comunidade que sempre foi perseguida.

No Líbano, os xiitas viviam em um contexto de precariedade há décadas, situação que se aprofundou com a Guerra Civil e a invasão israelense. Musa Al-Sadr, que havia sido presidente da Suprema Corte Xiita, estabelecida em 1969, foi responsável por fundar a primeira organização política xiita do Líbano. Essa corte colocou os xiitas em equivalência aos sunitas. Inicialmente referida por movimento dos privados, a organização criada por Sadr ficou conhecida como AMAL (sigla de Afwāj alMuqāwamah al-Lubnāniyyah, em árabe). De acordo com Augustus Norton (1985, p.113), Musa Al-Sadr foi “Cortejado pelos cristãos maronitas, que o viam como um reformador razoável e inteligente comprometido com o Líbano, e pela OLP, que reconhecia a sua crescente influência entre os xiitas, Musa al-Sadr provou ser capaz de mudar de parceiros de aliança em momentos oportunos.”

De acordo com Augustus Norton(1985, p.112), a mobilização política da comunidade xiita no Líbano começa na década de 1950 e suas raízes históricas começam na região sul de Jabal Amil, na fronteira com Israel e no Vale do Beca. “Em parte, a escassez de poder político xiita era explicada pela dominação sunita-maronita do sistema político, que ocupava praticamente todos os cargos significativos do parlamento até o exército sênior e postos burocráticos- ou seja, atribuição de critérios sectários.” (NORTON, 1985, p.110-111)

A situação de disparidade política se torna ainda mais explícita, quando mesmo após cinco décadas de transformação demográfica “nas quais os xiitas foram substituindo os

maronitas como maior grupo confessional no Líbano, a estrutura política provou ser inflexível” (NORTON, 1985, p.111) Isso acontecia, pois a divisão confessional era a forma pela qual os grupos tinham acesso a recursos. A sub-representação política gerava uma marginalização socioeconômica.

A estrutura política reflete a estrutura socioeconômica. Os xiitas são historicamente a comunidade com as piores condições. Em comparação aos outros grupos religiosos, eles eram os mais pobres, recebiam menos educação, os que menos recebiam benefícios do governo (NORTON, 1985, p.111). De acordo com Natália Calfat (2017, p.99), essa sub-representação foi compensada por grupos como Amal e Hezbollah e, inclusive, chegou a garantir o poder de veto ao Hezbollah em 2008. Para Norton (1985), outro fator importante são os padrões de migração tanto interna quanto externa. Deslocamento da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) da Jordânia para o sul do Líbano em 1970. Esse movimento levou boa parte da população local a fugir para se proteger (NORTON, 1985, p. 112).

O poder incontido da olp no sul levava-a a um intermitente conflito com Israel, que em 1978 desencadeou uma invasão; foi detido por pressão internacional, mas deixou atrás um governo sob controle israelense numa faixa ao longo da fronteira. A invasão e a situação perturbada no sul levaram os habitantes xiitas da área a criar sua própria força política e militar, o Amal. (HOURANI, 2006)

3.3. HEZBOLLAH: DA LUTA ARMADA ÀS ELEIÇÕES

O Hezbollah surgiu oficialmente em 16 de Fevereiro de 1985. Na Carta Aberta (1985) e em diversos discursos de Sayyid Hassan Nasrallah defendiam a ideia “contra a invasão e ocupação sionista”. Já no documento “Carta Aberta aos Oprimidos do Mundo”, a organização expressa os princípios que norteiam suas atividades e apontam quais eram suas alianças e inimizadas. A Carta também rejeitou Israel, os Estados Unidos e a União União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, além disso, condenou o capitalismo e o comunismo. Eles reafirmaram no documento seu compromisso com a doutrina do wilyyat al-faqyh e se comprometeram com a unidade islâmica, ao se comprometer com a cooperação entre xiitas e sunitas. Nesse primeiro momento, o Hezbollah não se definiu como um partido literal, mas sim, como “uma ummah ligada aos muçulmanos em todo o mundo”. (DAHER, p.53, 2019) Os posicionamentos do Hezbollah desde o início se mostraram em contraste com o Amal.

Desde os seus primeiros momentos, o Hezbollah definiu-se em contraste com Amal. Enquanto Amal era decididamente reformista e secular, o Hezbollah abraçou o modelo revolucionário de governo clerical do Irão e considerou irreformável o sistema político libanês lubrificado pelo bakshish (suborno). Em 1985, quando Amal lançou a sua “guerra dos campos”, com o apoio sírio, para evitar o ressurgimento das forças palestinas, o Hezbollah prestou um apoio fundamental aos palestinianos e frustrou a Síria e Amal. Desde então, o Hezbollah construiu uma rede de alianças com os palestinianos e tem falado muitas vezes em nome da expansão dos seus direitos e da permissão do acesso à economia, embora a opinião predominante no Líbano se oponha a qualquer coisa que cheire a tawtin (naturalização) dos refugiados. (NORTON, p. 477, tradução nossa)²⁵

A partir de 1989, houve uma mobilização de algumas lideranças do Hezbollah, para que o grupo se tornasse um partido político. No entanto, essa mudança não foi consensual entre os membros. O debate principal estava no abandono ou não das bases fundamentais, que defendiam a não participação da organização no sistema sectário libanês. Contudo, o Hezbollah entendeu que a melhor decisão para participar da vida política libanesa seria transformar o movimento de luta armada em um partido. (CHEAITO, 2023, p. 86) Ter acesso aos assentos no parlamento permite ao grupo ter maior acesso aos recursos financeiros governamentais que são distribuídos com base nos grupos sectários. Em sua primeira eleição o Hezbollah e seus aliados conquistaram 12 assentos em cargos eletivos, 8 deles eram xiitas.

²⁵ No original: “From its first moments, Hezbollah defined itself in contrast to Amal. Whereas Amal was decidedly reformist and secular, Hezbollah embraced Iran’s revolutionary model of clerical rule and judged Lebanon’s bakshish (bribe)-lubricated political system to be unreformable. In 1985, when Amal launched its “war of the camps”, with Syrian support, to prevent a resurgence of Palestinian forces, Hezbollah lent key support to the Palestinians and thwarted Syria and Amal. Since then Hezbollah has built a web of alliances with the Palestinians, and has often spoken on behalf of expanding their rights and allowing them access to the economy, even though the prevalent opinion in Lebanon opposes anything that smacks of tawtin (naturalisation) of the refugees.” (NORTON, p. 477)



Figura 3 - Logos de todos os partidos políticos do Líbano

Fonte: Ministério da Informação - República do Líbano



Figura 4 - Bandeira do Hezbollah

Fonte: Moqawama News

O segundo logo da esquerda para a direita na primeira linha da Figura 4 mostra o logo do Hezbollah entre os partidos políticos do Líbano, segundo um site oficial do país, o que evidencia sua participação como organização política dentro do cenário institucional regular do país. De acordo com o site, os partidos mais proeminentes no parlamento, juntamente com o

Hezbollah, são: Movimento Amal- Movimento Patriótico Livre- Movimento Futuro- Partido El Marada- Partido da Falange Libanesa (Kataeb)- Partido Socialista Progressista (PSP)- Forças Libanesas- Partido Democrático Libanês- Federação Revolucionária Armênia (Tashnag)- Partido Social Nacionalista Sírio- Árabe Partido Socialista Ba'ath - O Grupo Islâmico.

3.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da apresentação da história libanesa, esse capítulo buscou evidenciar como as relações políticas e identitárias influenciaram na construção do Estado libanês e no arranjo da mobilização política dos xiitas. Durante o Império Otomano os drusos foram priorizados. Por meio da revisão bibliográfica, esse capítulo buscou mostrar a influência histórica do processo colonialista das nações europeias na delimitação do território libanês. As pressões exercidas pelos países europeus (França, Inglaterra, Áustria), por meio do seu favorecimento bem como sua intervenção no favorecimento das elites maronitas. A França participou desde o desenho das fronteiras, da supervisão da primeira constituição e seguiu tendo direitos sobre o território libanês.

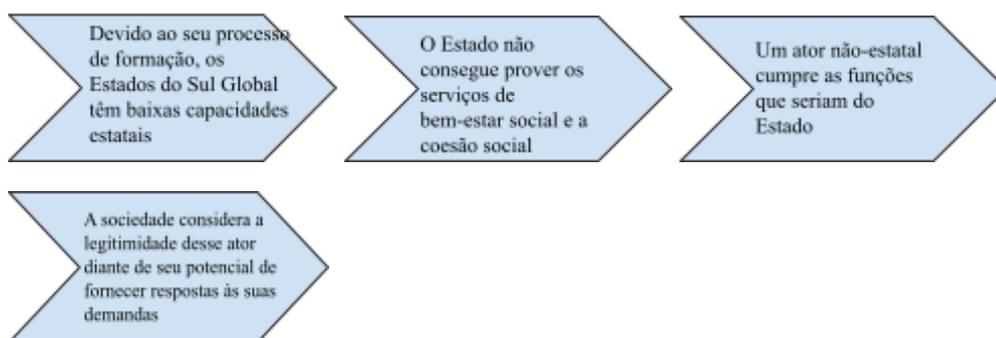
A questão identitária é uma das principais pautas que permeiam a história do Líbano. Ela reverbera na disposição das representações políticas no parlamento e, por conseguinte, na distribuição de poder e riqueza da sociedade libanesa. Por tanto, a demografia dos 18 grupos confessionais é parte fundamental da divisão de influência no país. A discussão entre sua identidade “árabe”, mais compatível com os países da região, ou uma percepção de pertencimento mais ocidental, próximo do seu histórico com a França também revela uma esfera de disputa de posicionamento ao longo da história.

O presente capítulo introduz pontos importantes para a próxima parte do trabalho. A respeito dos xiitas, em específico, possuem um histórico de marginalização na sociedade libanesa, de modo que a maior parte dos governos não lhes conferiu direitos básicos como educação de qualidade, moradia digna e as áreas xiitas recebiam menos recursos. Como consequência sua mobilização política se traduziu na construção de espaços de representatividade e busca por direitos que hora foram mais militarizados e se adaptaram às regras do jogo político libanês.

4. LEGITIMIDADE DO HEZBOLLAH: OBEDIÊNCIA, IDENTIDADE E RESPONSABILIDADE

O presente capítulo utiliza o método *process tracing* e tem como ponto de partida uma teoria de mecanismo causal, que nesse caso é que a legitimidade de um ator não-estatal está relacionada ao seu potencial de responder às demandas que surgem da ausência de capacidades estatais. Será avaliado o quanto o caso do Hezbollah corrobora com essa teoria. Utiliza-se o modelo teórico de Igor Castellano (2017), que analisa a legitimidade a partir de três dimensões derivadas do conceito de domínio de Max Weber. Castellano (2017, p. 72) aponta a existência da relação entre a disponibilidade de recursos e as capacidades estatais. Desse modo, a concentração de coerção, capital e legitimidade afeta a autonomia do Estado (MIGDAL, 1988) e das elites dominantes no seu potencial de concretizar projetos políticos domésticos e externos (CASTELLANO, 2017, p. 72). De acordo com Beach e Pedersen (2019), o *process tracing* é uma técnica de pesquisa que necessita da descrição das etapas lógicas da explicação causal. “Para cada uma das etapas do mecanismo, derivam-se as implicações observáveis e avalia-se, sistematicamente, se as evidências coletadas são consistentes com as expectativas da teoria.”(MAITINO, 2022)

Figura 5 - Esquema de etapas do desenvolvimento da legitimidade de um ator não-estatal a partir do processo de formação do Estado



Elaborado pela autora com base no modelo de Igor Castellano da Silva (2017)

4.1.DIMENSÃO OBEDIÊNCIA

No modelo adaptado por Igor Castellano(2017), a coerção é elemento fundamental na análise da construção do Estado e na relação deste com a sociedade. Esse conceito aparece

como a distinção entre quem domina e quem é dominado, elites que acumulam poder. No caso do Líbano, o Estado tem pouco poder, quem concentra forças militares é o Hezbollah. A população consente que o grupo tem discursos de coerção distintos e garante a posição de provimento de proteção (detém os meios de coerção) “A esfera coercitiva se vincula às capacidades de que o Estado dispõe na sua finalidade de provimento de segurança e proteção.” (CASTELLANO, 2017, p.94) O quadro abaixo mostra as etapas de construção da legitimidade na dimensão obediência.

Tabela 1 - Quadro das etapas da atribuição da legitimidade na dimensão Obediência

Etapas	Fatos	Evidências
Etapa 1 (Causa)	O Estado libanês não consegue proteger sua população	Dados sobre a população libanesa atingida na porção sul do Líbano
Etapa 2	Militarização do movimento xiita	Mudança de perfil do Amal para o Hezbollah
Etapa 3	Retirada de Israel	Resultado das operações militares
Etapa 4 (Resultado)	Argumento de que o Hezbollah deve se manter armado	Acordo de Taif, Discursos de lideranças que mostram a necessidade de manter as armas do Hezbollah

De acordo com Lina Khatib (2021) o Hezbollah alcançou legitimidade interna, entre outras razões, com base nas suas operações militares contra a ocupação israelita no Líbano. Israel invadiu o Líbano em 1982, em meio a guerra civil. A intenção do Estado israelense era destruir a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e instalar um governo favorável a Israel em Beirute (NORTON, 2007, p.476). Além disso, outro objetivo de Israel era criar uma zona de segurança para proteger o norte do país de ações de grupos militares. Para isso ele ocuparia 10% do território libanês na região sul (CHEAITO, 2023, p. 90). Na prática a invasão israelita se deparou com uma forte resistência no norte “não só em torno dos campos palestinos, mas também nas abordagens a sul da capital, onde os combatentes xiitas libaneses

opuseram uma forte resistência”. Muitos dos combatentes xiitas eram anteriormente parte do grupo Amal e migraram para o Hezbollah, inspirados pela revolução iraniana. O exército israelense permaneceu no Líbano por mais dezoito anos (NORTON, 2007, p.476).

Em 1993, após meses de confrontos esporádicos, “Yitzhak Rabin, ex-Primeiro Ministro israelense, ordenou ataques aéreos e utilizou a artilharia contra alvos do Hezbollah nas pequenas vilas libanesas.” Essa ação ficou conhecida como Operação Accountability (1993) Nesse período, o Hezbollah havia ganhado permissão para suas atividades armadas no Sul. De acordo com Karime Cheaito (2023, p. 90), a intenção de Israel era deixar claro ao governo e à população libanesa era uma ameaça ao Líbano. Em última análise, segundo a autora, isso seria uma forma de Israel pressionar as instituições libanesas a desarmarem o Hezbollah. O resultado da operação, após três semanas, foi a morte de três israelenses e mais de 100 libaneses.

A Operação Grapes of Wrath foi iniciada em abril de 1996 por Israel, com o apoio do exército do Sul do Líbano, sob defesa de que era preciso neutralizar os ataques do Hezbollah. Foram realizados ataques por terra e mar. Essa ofensiva envolveu o massacre de refugiados palestinos em um complexo da ONU próximo à vila de Qana. Esse ataque intensificou a luta e a união de cristãos e muçulmanos libaneses com pautas nacionalistas e com a oposição a Israel (EL HUSSEINI, 2010, p. 807). “O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) solicitou um cessar-fogo imediato. Em 26 de abril, por intermediação dos EUA, realizou-se um “acordo” informal entre os governos libanês e israelense, que entrou em vigor no dia seguinte e reduziu as hostilidades.” (CHEAITO, 2023, p. 90)

Em maio de 2000, Israel se retirou parcialmente do Líbano. Nesse cenário, o Hezbollah saiu como vencedor. Segundo Renato Costa (2006), a milícia passou a atribuir-se o título de único ator árabe capaz de derrotar os israelenses. A saída de Israel trouxe a valorização do Hezbollah e a ampliação da sua base no parlamento. Diante do histórico de enfrentamento do Hezbollah às ofensivas israelenses, o Estado libanês adota uma postura de aceitação em relação ao grupo armado, fato que diferencia a dinâmica com o Partido de Deus em relação a outros grupos. "Enquanto atores não estatais, sejam eles grupos armados defendendo uma causa política ou grupos rebeldes envolvidos em atividades ilegais, têm agido em desafio ao estado, o Hizballah fornece o exemplo oposto de um grupo armado operando com o total e aberto apoio do estado." (KHAZEN, 2003, p.617, tradução nossa)²⁶

²⁶ No original: “*While non-state actors, be they armed groups espousing a political cause or rebel groups involved in illegal activities, have acted in defiance of the state, Hizballah provides the opposite example of an armed group operating with the full and open backing of the state.*” (KHAZEN, 2003, p.617)

Da retirada parcial de Israel do território libanês em 2000 até o conflito direto com o Hezbollah em julho de 2006 ocorreram episódios de violência esporádicos perpetrados por ambos os lados, cuja maioria aconteceu nas disputas pelas Fazendas de Sheeba. Tal região é considerada por Líbano e Síria como parte do Líbano, mas Israel diz que faz parte de sua ocupação (NORTON, 2007, p. 808). Segundo Lina Khatib (2021) tanto o governo libanês, quanto o Hezbollah argumentam que essa ocupação de Israel na região Sul do Líbano permite a retenção de armas pelo Hezbollah, sob justificativa de proteger o Líbano de Israel. De acordo com Norton (2007, p.480), os líderes do Hezbollah e seus apoiadores ficaram persuadidos por seu sucesso e por seu militar acumulado, fornecido pelo Irão e pela Síria, com o êxito em impedir Israel de invadir novamente o Líbano. No entanto, em julho de 2006, isso seria revelado como uma ilusão. “Depois da guerra de 2006 com Israel, a aliança 14 de Março, apoiada pelos Estados Unidos, exigiu o desarmamento do Hezbollah exclusivamente à política libanesa.” (CALFAT, 2017, p.118)

Apesar do desejo do governo maioritário de que o Hezbollah se desarmasse como uma milícia, o grupo conseguiu obter poder de veto no gabinete ao prometer não usar a força armada dentro do Líbano para resolver problemas políticos internos, mas não teve de concordar em desarmar a sua milícia. O Hezbollah não é apenas reconhecido como um grupo legítimo de oposição pelo resto do governo, mas como um ator que detém poder suficiente para ser respeitado e levado a sério.(WIEGAND, 2009, p. 669-670, tradução nossa)²⁷

A Resolução 1701 da ONU impôs o cessar-fogo ao conflito após 33 dias. Com essa medida o Hezbollah teve que retirar sua presença armada na fronteira e ser substituído pelo exército libanês em conjunto com a UNIFIL (United Nations Interim Force in Lebanon) (FARHAT, 2014). Em que pese o resultado possa ter sido recebido com êxito por alguns, os custos com infra-estrutura foram bastante altos, incluindo um projeto de reconstrução de US\$ 4-5 bilhões, o que gerou desconfortos sobre as consequências do conflito. Mais de 1.000 civis foram mortos e 15.000 casas foram destruídas (NORTON, p. 487 2007). Para Aurélie Daher (2001;2018, apud CHEAITO, 2023, p.93) o Hezbollah não foi capaz de fortalecer sua estima nacional durante a guerra, mesmo que tenha alcançado seu objetivo de sobreviver como um importante ator no Líbano. De acordo com a autora, “a ofensiva israelense demonstrou ao Hezbollah o que a falta de apoio interno pode ilustrar, fato este que fez com que o partido

²⁷ No original: “Despite the majority government’s desire for Hezbollah to disarm as a militia, the group was able to gain veto power in the cabinet by promising not to use armed force within Lebanon to solve internal political problems, but it did not have to agree to disarm its militia. Hezbollah is not only recognized as a legitimate opposition party by the rest of the government, but as an actor that wields enough power to be respected and taken seriously.”(WIEGAND, 2009, p. 669-670)

retornasse suas atividades para o interior do Líbano em busca de reconquistar o apoio de diferentes grupos confessionais e dos próprios governantes.”

O elemento da coesão oriundo do Hezbollah não gera apenas legitimidade, mas também, questionamentos acerca da coerência de sua atuação. De acordo com Simon Haddad (2013, p.20) o apoio do grupo xiita a um partido que mata seus opositores contradiz a narrativa de luta contra a opressão do povo xiita. Nesse sentido, o autor aponta relatórios que sugerem um forte desacordo entre o eleitorado do Hezbollah, que é favorável ao rompimento das relações com Damasco.

4.2.DIMENSÃO IDENTITÁRIA

No modelo de Igor Castellano (2017, p. 94) a dimensão identitária faz referência ao domínio carismático de Max Weber. Para o autor a legitimidade também compreende “os aspectos simbólicos (identidade nacional, mitos comuns e imaginário social) que fundamentam a sustentabilidade da relação entre Estado e sociedade e a efetividade das instituições e a garantia de direitos, bem-estar e justiça.” A análise da legitimidade a partir da aproximação do domínio carismático tem ênfase na intersubjetividade e inclui a noção de descolonialidade, além da religiosidade. O Hezbollah busca sustentar sua legitimidade através de uma construção narrativa que inclui discursos, imagens e elementos religiosos.

Tabela 2 - Quadro das etapas da atribuição da legitimidade na dimensão Identitária

Etapas	Fatos	Evidências
Etapa 1 (Causa)	Marginalização da comunidade xiita e ausência de cargos na política	Falta de acesso a infraestrutura, educação, saúde e segurança
Etapa 2	Hezbollah se transforma em partido	Aumento do pragmatismo nos discursos e decisões
Etapa 3	Reafirmação da identidade religiosa pelo grupo por meio da mídia	Utilização do aparato de comunicação partidário para fortalecer a identidade de resistência
Etapa 4 (Resultado)	Maior adesão da população xiita	Pesquisas de opinião

A dimensão identitária tem presença intrínseca na constituição e coesão dos muçulmanos xiitas. As narrativas de resistência permeiam suas tradições e datas comemorativas, contudo, a organização do Hezbollah enquanto partido político possibilitou o diálogo com as massas em um aspecto mais amplo. A primeira etapa apresenta a marginalização xiita como a causa da legitimidade do Hezbollah na dimensão identitária. De maneira ampla os muçulmanos xiitas são historicamente perseguidos por outros grupos. De forma específica, a comunidade xiita é historicamente marginalizada pelo Estado libanês, desde antes de seu processo de independência. Os sunitas eram privilegiados pelo Império Otomano, enquanto os cristãos maronitas sempre foram prioridade para a colônia francesa. Segundo Lara Deeb(2006), mesmo após a independência do Líbano os xiitas estavam sub-representados no governo, e assim, não tinham acesso a tantos recursos, fator que ampliava a pobreza desproporcional dessa comunidade. Ainda de acordo com a autora, “esse efeito foi agravado pelo fato de que os assentos xiitas no Parlamento eram geralmente preenchidos por proprietários feudais e outras elites isoladas.” (DEEB, 2006)

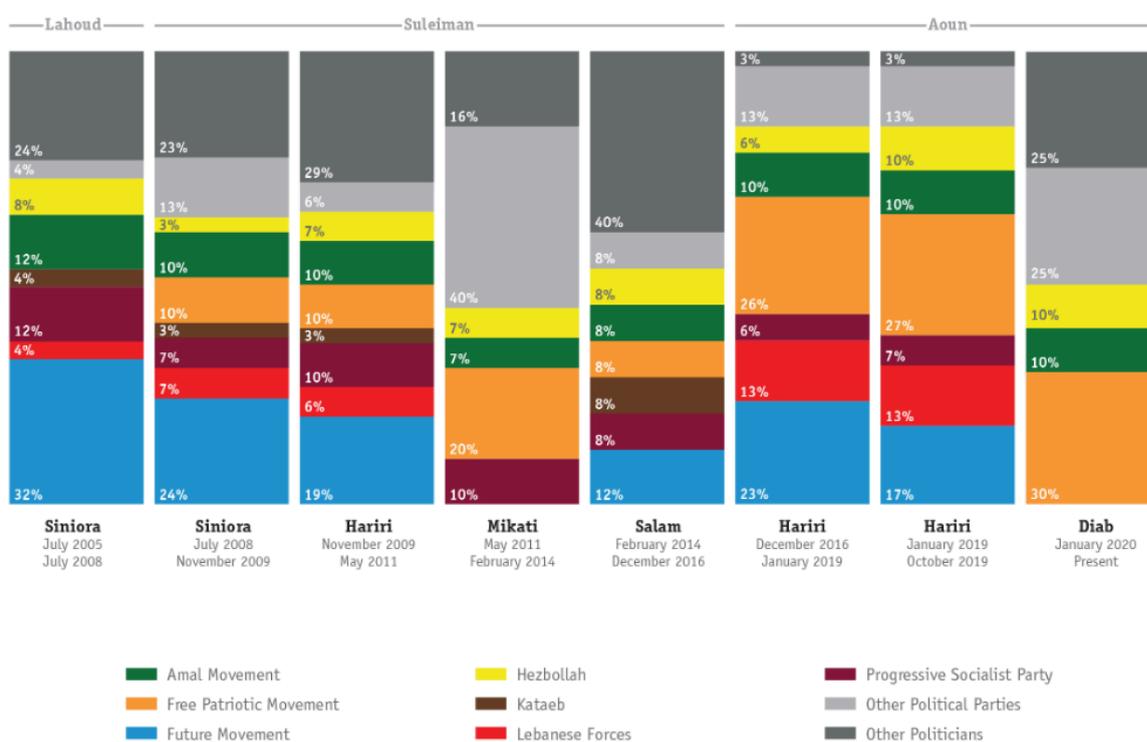
Natalia Calfat se baseia em Augustus Norton (1998) para explicar que os xiitas tiveram uma influência desproporcional, além de pouca participação política. Depois da independência do Líbano, em 1946, o sistema confessional continuou destinando o cargo de presidente aos cristãos maronitas e o cargo de primeiro ministro para os sunitas, enquanto a proporção de cadeiras no parlamento era 6:5 entre cristãos e muçulmanos. Em que pese os xiitas já se percebessem como a segunda maior comunidade libanesa, a prioridade dos cargos de poder ainda eram dos maronitas e sunitas. Em 1989, o acordo de Taef aumentou a representação parlamentar xiita de 19 para 27 assentos, de um total de 128 assentos no parlamento. Além disso, permitiu que xiitas e sunitas estivessem em igualdade e que o Hezbollah preservasse seu arsenal militar em razão da proteção contra Israel, mesmo que outras milícias tenham sido obrigadas a se dissolver (ATLANTIC COUNCIL, 2018). Já em 1992, o grupo xiita concorreu na sua primeira eleição.

Conforme visto no segundo capítulo, o Hezbollah surge como uma milícia armada e em 1989 se transforma em partido político. A mudança implicou em um debate interno sobre o caráter ideológico e os objetivos do grupo. Apesar do aumento do pragmatismo do grupo, o caráter religioso segue sendo um pilar importante na identidade e na mobilização do grupo. A etapa 2 visa mostrar como o estabelecimento do Hezbollah como um partido político possibilitou maior alcance na propagação das suas ideias. A primeira forma de influência pode ser percebida pela ocupação formal de assentos no parlamento. O acesso a cargos públicos

possibilita influência sobre ministério e o alcance a verbas governamentais. O Hezbollah é uma forma de representação da comunidade xiita e essa forma é estratégica, conforme aponta Lina Khatib (2021)

Uma forma de o Hezbollah influenciar o Estado é através da representação formal a nível ministerial, parlamentar e municipal. O Hezbollah passou de uma posição antagônica ao Estado, conforme estabelecido no seu manifesto de 1985, para apresentar candidatos nas eleições municipais e parlamentares na década de 1990, após o fim da guerra civil libanesa, passando mais tarde a ocupar cargos ministeriais. A aquisição de assentos governamentais não só coloca o Hezbollah – tal como outros partidos políticos no poder no Líbano – numa posição formal de poder, mas também lhe permite ter autoridade de facto sobre as instituições do Estado e, assim, beneficiar dos seus recursos e dirigir as suas actividades de acordo com seus interesses. (KHATIB, 2021)

Figura 6 - Composição do sistema político libanês (2005 - 2020)



Fonte: Lebanese Center for Policy Studies (LCPS) 2020

A figura acima exemplifica a participação do Hezbollah em relação às pastas ministeriais dos governos. Teve participação consistente desde de 2005 e apresentou breve aumento nos governos de 2019 e 2020. A integração do grupo xiita também mostra o seu

interesse em acatar as regras do jogo político e sua capacidade ou legitimidade em ser aceito tanto pelo eleitorado quanto pelas regras do sistema eleitoral.

Outra demonstração de que o Hezbollah buscou fortalecer sua atuação na política convencional é a luta pelo poder de veto. Em maio de 2008, o Hezbollah “conseguiu vencer uma grande concessão através de negociações com a Aliança 14 de Março, o governo majoritário da aliança.” (WIEGAND, 2009, p.669)

As mudanças de postura também estão refletidas no manifesto lançado pelo Hezbollah em 2009. Em contraste com o documento lançado em 1985 “Carta aos oprimidos”, o documento de 2009 deixou de fazer referências a uma república islâmica no Líbano. Por outro lado, a organização seguiu considerando Israel e Estados Unidos como ameaças imperialistas. O documento reforça que após 11 de setembro o terrorismo tornou-se pretexto para perseguições e detenções arbitrárias (HUSSEINI, 2010, p.806)

De 2008 a 2019, o grupo teve efetivamente poder de veto no gabinete libanês, uma vez que os seus membros e apoiantes ocupavam um terço mais um de todos os cargos ministeriais. No rescaldo dos protestos antigovernamentais em massa que eclodiram em 17 de Outubro de 2019, o Líbano viu pela primeira vez a formação de um gabinete supostamente tecnocrático de 20 ministros. Na realidade, porém, esta administração, formada em Janeiro de 2020, foi inteiramente sob o controlo de facto do Hezbollah, uma vez que os seus oponentes políticos se recusaram a aderir ao gabinete na sequência de divergências entre os membros da Aliança do 14 de Março sobre como responder à revolução de 17 de Outubro. (KHATIB, 2021, p.6)

A transformação do Hezbollah de milícia armada para partido político possibilitou a institucionalização de uma rede de comunicação (estação de rádio al-Nūr, periódico semanal al-Intiqād e canal televisivo al-Manār), além de uma agenda de eventos que reforçam os símbolos da comunidade xiita e sua necessidade de posicionamento contra o opressor, a injustiça e a marginalização social do grupo.

Uma das principais dificuldades do Estado libanês é manter a coesão social, em razão da sua ampla diversidade etnorreligiosa. Nesse contexto, a etapa 3 se propõe a rastrear como o Hezbollah valoriza a identidade de uma comunidade historicamente marginalizada. Na prática, o partido transmitiu seus valores através da mídia de comunicação Al Manar. O Al Manar é um canal de televisão criado em 1991. De acordo com seu fundador, Nasser Akhdar, os primeiros cinco anos de projeto tinham como objetivo transmitir à sociedade libanesa sobre a realidade do sul do Líbano, além de “fazer campanha pela as operações do Hezbollah no Sul do Líbano e no

Bekaa Ocidental.” Em maio de 2000 o Al Manar passou a ser transmitido no mundo árabe e além. “é frequentemente listado como uma das quatro principais estações de notícias no Médio Oriente” (MATAR e DAKHLALLAH, 2006, p.31) De acordo com Matar e Dakhlallah (2006, p.31), a retórica presente nas referências de Al Manar possui algumas funções como exaltar as grandes narrativas na história xiita e gerar coesão nesse grupo. Ademais, tais narrativas transmitem a ideia de que a comunidade xiita está além das fronteiras libanesas.

Apesar do forte apelo à narrativa xiita, esse grupo não é o único que o Hezbollah visa alcançar. Segundo Samer Abboud e Benjamin Muller (2012), os símbolos desse grupo muçulmano são expostos junto com símbolos nacionalistas como o cedro. Além disso, a maioria dos vídeos musicais mostram soldados do Hezbollah e do exército libanês juntos lado a lado, para simbolizar uma resistência unida. Mais do que isso, havia também o apelo à iconografia pan-arabista. Dessa forma, os autores citam como exemplo os vídeos dos combatentes produzidos pelo Hezbollah e transmitidos na Al Manar ao som de músicas pan-arabistas inspiradas em Gamal Abdel Nasser. Os autores reforçam que segundo Matar (2008) as estratégias políticas do Hezbollah são populistas e visam atrair de igual forma libaneses, árabes e muçulmanos. “São esses repertórios que fornecem tanto significado quanto legitimidade à narrativa de resistência.”(ABBOUD & MULLER, 2012, tradução nossa)²⁸

Alguns valores são centrais na construção da identidade xiita. A ideia de resistência é um exemplo, em função de diversas perseguições sofridas mesmo dentro da comunidade muçulmana (CHEAITO, 2023, p.80). "A ideia da sociedade de resistência é importante, porque é através do motivo da resistência que o Hizballah tenta reunir e organizar os libaneses contra a opressão israelense e ganhar legitimidade dentro da sociedade libanesa." (ABBOUD & MULLER, 2012, tradução nossa)²⁹ Segundo Harb e Leender (2005, p.190), o Hezbollah tem inúmeras estratégias para consolidar a ideia de pertencimento à resistência. Alguns exemplos são as comemorações regulares, como a Ashura, além da televisão e de uma iconografia cuidadosamente projetada: imagens de mártires, de líderes religiosos e de palestinos são amplamente divulgadas. Em resumo, a mensagem transmitida é sobre martírio, xiismo e ocupação israelense na Palestina.

A celebração anual do martírio de Hussein chama-se *Ashura*. “Para os xiitas, Ashura é um tempo de lamento onde a lembrança é carregada de dor e sofrimento pelo martírio de Imam

²⁸ No original: “It is these repertoires that provide both meaning and legitimacy to the resistance narrative.” (ABBOUD & MULLER, 2012)

²⁹ No original: “The ideal of the resistance society is important, because it is through the resistance motif that Hizballah attempts to rally and organize Lebanese against Israeli oppression, and gain legitimacy within Lebanese society.” (ABBOUD & MULLER, 2012)

Hussein, mas também um tempo de renovação da esperança e de comprometimento com a causa que o levou a entregar sua vida: pela causa da justiça e contra a opressão.” (PRADO, 2018, p. 31, nota 16; p. 19, nota 5). De acordo com Albert Hourani (2006), a Ashura é uma celebração anual e especial para os xiitas. Ela é uma comemoração da batalha de Karbala, na qual o imã Husayn fora morto no décimo dia do mês de Muharram, no ano de 680.

Para os xiitas, esse era um dos dias mais importantes da história. Marcava o ponto em que o curso visível do mundo se desviara daquele que Deus tinha querido para ele. A morte de Husayn era vista como um martírio, um sacrifício voluntário para o bem da comunidade, e uma promessa de que no fim Deus ia restaurar a ordem das coisas. Nesse dia, os xiitas usavam sinais de luto, e pregavam-se sermões nas mesquitas, narrando o sacrifício de Husayn e explicando o seu significado. Numa certa época, a narração da história de Husayn transformou-se em sua encenação teatral. (HOURANI, 2006)

Michael Ficher chama de Narrativa da Karbala a ideia de conflito entre oprimido e opressor utilizada a serviço da Revolução Iraniana. “A paradigma de Karbala é baseado na narrativa do martírio do Terceiro Imam, Hussein bin Ali, às mãos do exército omíada em Karbala no ano 680 d.C. O mito de Karbala é um dos mitos fundadores do xiismo. Ele evoca ideias de martírio, sacrifício, compromisso com uma causa e paixão.” (HUSSEINI, 2010, tradução nossa)³⁰ No Líbano, especificamente, o paradigma de Karbala é usado para resistir ao invasor, Israel (HUSSEINI, 2010, p. 805).

A narrativa dos eventos ocorridos em Karbala, que evoca as ideias de sofrimento, compaixão, justiça e até mesmo de sacrifício por um bem maior (traduzido através da noção de martírio), ao longo da história de um tom político e passou a integrar discursos de crítica política, social e econômica, direcionada a “inimigos” externos, tais como o imperialismo ou colonialismo, e/ou internos, materializada sob a forma de pressões contra líderes locais, governantes. (LUZ, 2018)

Segundo Flávia Luz (2018, p.95) os elementos da narrativa de Karbala presentes nos rituais de Ashura no Líbano passaram a ser observados pelo Hezbollah como “veículos” ideais para propagar os objetivos e a identidade do partido junto à população que vivia no sul do Líbano. Não é incomum encontrar fotos de multidões nos eventos da Ashura promovidos pela organização e divulgados em seu sites de comunicação oficial. Abaixo estão alguns exemplos de

³⁰ No original: “A paradigma de Karbala é baseado na narrativa do martírio do Terceiro Imam, Hussein bin Ali, às mãos do exército omíada em Karbala no ano 680 d.C. O mito de Karbala é um dos mitos fundadores do xiismo. Ele evoca ideias de martírio, sacrifício, compromisso com uma causa e paixão.” (HUSSEINI, 2010)

imagens obtidas na capital libanesa de Beirute, e nas cidades de Tiro no sul e Baalbek no leste.
(2015) (2022)



Figura 7 - Festival de Ashura

Fonte: Al Manar, 2015



Figura 8 - Festival de Ashura

Fonte: Al Manar, 2022

Segundo dados da Pew Research (2010), a opinião sobre o Hezbollah é favorável para 94% dos xiitas, 12% dos sunitas e 20% dos cristãos. A pesquisa também revelou que houve

diminuição da aprovação em relação a atentados suicidas. 58% dos muçulmanos entrevistados avaliam como positiva a presença do Islã na política do Líbano. Em 2002, 74% dos muçulmanos libaneses consideravam esse ato justificável e em 2010 esse número diminuiu para 39%. Ressalta-se que apesar das pesquisas de opinião revelarem desaprovação da maior parte dos libaneses, isso reforça a tese de que há legitimidade, na medida em que há consenso das pessoas em relação à existência do partido, mesmo com a discordância sobre sua atuação. Apesar dos desafios do sistema confessional, a democracia é fortemente apoiada no Líbano. Segundo a mesma pesquisa da Pew Research (2010), oito em cada dez muçulmanos (81%) preferem essa forma de governo do que qualquer outra. Por fim, a pesquisa também revelou que 90% dos cristãos, 82% dos xiitas e 67% dos sunitas possuem alguma preocupação em relação ao aumento do extremismo islâmico.

4.3. DIMENSÃO RESPONSABILIDADE

Por fim, a responsividade, baseia-se na dimensão racional de Max Weber e diz respeito à capacidade que o grupo tem de responder às demandas por serviços públicos de bem-estar social e o asseguramento de direitos.

Tabela 3- Quadro das etapas da atribuição da legitimidade na dimensão Responsiva

Etapas	Fatos	Evidências
Etapa 1 (causa)	Marginalização da comunidade xiita	Falta de acesso a infraestrutura, educação, saúde e segurança
Etapa 2	Mobilização política xiita (interna e externa)	Aceitação da ajuda iraniana e inspiração em instituições de prestação de serviços similares
Etapa 3	Construção de instituições de ajuda e reconstrução	Histórico e especialização atuação dessas instituições
Etapa 4 (resultado)	A sociedade reconhece a necessidade de provimento de serviços de bem-estar	Porcentagem das pessoas que não acreditam no potencial do Estado libanês de garantir bens básicos

Conforme visto no terceiro capítulo, há décadas a comunidade xiita vive em regiões que são marginalizadas no Líbano. A pobreza e a falta de acesso a serviços básicos piorou com os

ataques perpetrados por Israel. Segundo Lara Deeb(2006), a maioria dos xiitas libaneses vivia em zonas rurais até a década de 1960, em especial no sul e no Vale do Bekaa, as condições de vida dessas pessoas eram bastante diferentes das do resto da população. Quando um programa de modernização estabeleceu redes rodoviárias e políticas de cultivo comercial no campo, muitos xiitas migraram para Beirute e formaram subúrbios empobrecidos. Natalia Calfat (2022, p. 68), “marginalização e desempoderamento xiita como características históricas são cruciais para legitimar a demanda por participação equitativa na política consensual e forjar o seu pleito discursivo-narrativo.” Corroborando as ideias da autora, considera-se que a dificuldade de acesso dos xiitas a melhores condições de vida corresponde à primeira etapa para o surgimento de uma mobilização política interna e externa, que permita a promoção de serviços básicos e sirva de fonte de legitimação para o Hezbollah.

Para Yuri Hazran (2009), o Irã possui papel importante financiador e fornecedor de armas, mas ele reforça que é um equívoco ignorar as questões internas da comunidade xiita, pois foram elas que permitiram o surgimento do Hezbollah. A marginalização xiita pelo Estado libanês fez com essa comunidade buscou ajuda de outros países da região. "Muitos xiitas afirmam que, após décadas sendo marginalizados e abandonados pelo governo central, eles perderam a confiança na capacidade e na disposição do Estado libanês de cumprir as funções básicas de governo, como fornecer segurança, infraestrutura e serviços sociais."(HAZRAN, 2009, p.6, tradução nossa)³¹ Dessa forma, o autor explica ainda que os xiitas veem a Síria e o Irã como fontes legítimas de apoio e ambientes autênticos de filiação legítima e cultural.

Portanto, a segunda etapa diz respeito à importância das relações com atores externos no fornecimento de recursos para a implementação da rede de serviços do Hezbollah. Para o Irã, a presença do Hezbollah significava a concretização de uma campanha de difusão das ideias da Revolução Islâmica. Por outro lado, a Síria, a organização xiita, foi um instrumento fortuito para preservar os seus interesses: a aliança da Síria com o Irã apresentou-lhe os meios para atacar indiretamente Israel e os Estados Unidos. No entanto, a Síria via o Hezbollah com considerável suspeita. (NORTON, 2007, p.477)

De acordo com Khatib (2021), o Hezbollah percebeu que a coerção não era o único jeito de acessar o poder, “mas através de pactos de elite e do aproveitamento das fraquezas do sistema estatal e das infra-estruturas libaneses.“A extensão social à comunidade xiita foi o primeiro passo num processo que o grupo apresentou como o retorno da dignidade a esta

³¹ “Many Shiites claim that after decades of being marginalized and abandoned by the central government, they have lost their confidence in the Lebanese state’s ability and willingness to fulfill the basic functions of government by providing them with security, infrastructure, and social services.” (HAZRAN, 2009, p.6)

comunidade após anos de negligência governamental,” (KHATIB, 2021) Simon Haddad (2013) aponta que os serviços são promovidos com o dinheiro do Irã e também com o dinheiro do próprio Hezbollah. Cerca de 3,5 milhões de dólares por ano são usados para financiar escolas e hospitais. Segundo Haddad (2013, p.18), esses serviços garantiram o apoio popular que culminaram em resultados positivos nas eleições parlamentares.

Como consequência desta falta de investimento estatal em infra-estruturas e instituições sociais em áreas altamente povoadas por xiitas e do seu estatuto economicamente desfavorecido, o Hezbollah construiu uma extensa rede de assistência social e de serviços sociais. Estas foram entregues principalmente aos xiitas, mas não exclusivamente, muitas vezes “como um meio de fundamentar e reforçar a legitimidade [do Hezbollah] como um partido político libanês genuíno, e não como um meio de desafiar o sistema pluralista do Líbano”. O trabalho social realizado por este movimento inclui escolas, hospitais, clínicas e muitas funções governamentais básicas não fornecidas pelo Estado. Também inclui disposições como recolha de lixo ou distribuição de água potável em subúrbios densamente povoados. (HADDAD, 2013, p. 18, tradução nossa)³²

A influência do Irã nas instituições do Hezbollah não resume-se ao aspecto religioso, mas também há uma inspiração organizacional. Todas as ONG's do partido de Deus são governadas por conselhos importantes dentro da estrutura central da organização. “Em alguns casos, estas ONG têm instituições irmãs no Irão e transportaram directamente o modelo iraniano de comunidade e prestação de serviços. ” (SAMER & MULLER, 2012). Em contraste com ONG's ocidentais, que buscam adotar uma posição de maior neutralidade, as ONG's do Hezbollah apoiam abertamente as atividades de resistência e são tidas como cruciais para construir a sociedade de resistência (SAMER & MULLER, 2012). De acordo com Krista E. Wiegand (2009, tradução nossa) "A partir de 1983, o Hezbollah criou uma extensa rede de serviços sociais que o governo libanês não conseguia fornecer, incluindo serviços de saúde para a comunidade, distribuição de água, eletricidade e remoção de lixo."³³ O grupo possui um conjunto de instituições que prestam serviços à população. Elas são classificadas como

³² No original: “As a consequence of this lack of state investment in infrastructures and social institutions in highly Shi'a populated areas and their economically deprived status,²² Hezbollah has built an extended network of welfare and social services. These have been delivered mostly to the Shi'a, but not exclusively, often “as a means of underlying and enhancing [Hezbollah's] legitimacy as a bona fide Lebanese political party, rather than as a means of challenging Lebanon's pluralist system.” (HADDAD, 2013, p. 18)

³³ No original: “As early as 1983, Hezbollah created an extensive network of social services that the Lebanese government was unable to provide, including health services to the community, water distribution, electricity, and garbage removal.” (WIEGAND, 2009)

Organizações Não Governamentais (ONG's) e se dividem em dois grupos: as que prestam serviços especificamente para os xiitas e as que prestam serviços para o público em geral. Muitas dessas instituições contam com o serviço voluntário prestado pelas akhawat muttatawiiat (irmãs voluntárias). Os akhawat trabalham em conjunto com os líderes das células e tem o objetivo de recrutar famílias. Suas principais Al-Jarha, Jameej al-Emdad e o Muassassat as-Shahid. O contato desses voluntários com as famílias promove a vigilância do como os recursos estão sendo utilizados, além de manter as famílias informadas sobre quais serviços estão disponíveis, quando serão os próximos discursos e eventos do partido.

Tabela 4 - Instituições de bem-estar social do Hezbollah

Instituição	Tipo de serviço	Ano
Associação Al-Jarha (Associação para os Feridos)	“assistência de saúde às vítimas da guerra”	1990
Jihad al-Benaa (Campanha de Reconstrução)	“atrai apoio popular através da prestação de serviços de construção civil, incluindo: construção de hospitais, escolas e centros recreativos; instalação de serviços públicos de água e eletricidade; e fornecer alojamento para órfãos e deficientes.”	1988
Jameeah Al-Emdad Al-Kheereeah Al-Islamiyyah (Comitê Emdad para a Caridade Islâmica)	“distribui doações feitas ao Hezbollah na forma de microempréstimos, serviços recreativos, ajuda financeira e assistência a órfãos”	1987
Muassassat Al-Shahid (Associação dos Mártires)	“apoia as famílias daqueles que foram mortos pela ocupação israelita e pelos subsequentes ataques pós-retirada”	1982

Tabela elaborada pela autora com dados extraídos de Abboud & Muller (2012)

De acordo com Simon Haddad (2013), a maior parte dos apoiadores do Hezbollah está entre os xiitas. A partir de uma pesquisa com 176 entrevistados xiitas muçulmanos que viviam em Beirute foram entrevistados durante os meses de novembro e dezembro de 2011. Os

participantes da entrevista foram selecionados em três universidades e três instituições de caridade. A pesquisa revelou que menos de 14% dos entrevistados achava que o governo federal forneceria serviços adequados à população xiita e só 25% acreditavam que o governo da época era capaz de responder às demandas da comunidade xiita.

4.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A legitimidade do Hezbollah é fortemente construída a partir de elementos materiais e não materiais. Nesse sentido, a construção de uma sociedade de resistência passa por transformar ameaças materiais (guerras regionais) em parte da narrativa de resistência e martírio, presente na identidade xiita, ou também, na luta do oprimido contra o opressor. Na dimensão da obediência, a capacidade do Hezbollah em defender o Líbano resulta em apoio e também em contestação pelas perdas resultantes. Já na dimensão identitária, a marginalização dos xiitas resultou em uma mobilização, que passou por uma transformação no decorrer do tempo. Quando viu a necessidade, o movimento xiita militarizou-se e recuou aos poucos com a participação do Hezbollah nas eleições. A construção de uma rede de comunicações somadas à disposição em organizar eventos marcantes para a comunidade xiita fortalece um laço simbólico que é facilmente percebido nas pesquisas de opinião. Por fim, a dimensão racional revela a importância de atores externos na construção da legitimidade do Hezbollah e confirma seu papel de provedor de importantes serviços sociais para xiitas e não xiitas. É possível perceber um cruzamento entre as três dimensões na medida em que algumas etapas se repetem. A exclusão da comunidade xiita, por exemplo, evidencia um papel importante no surgimento do Hezbollah e outros grupos xiitas, mas também na necessidade da criação de instituições que forneçam os serviços públicos que o Estado libanês não forneceu para essas pessoas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou inovar no debate sobre a compreensão da legitimidade do Hezbollah. Ao recorrer à literatura dos Estudos de Segurança do Terceiro Mundo, buscou-se entender a complexidade por trás desse ator não-estatal tão polêmico. Por que, afinal de contas, uma organização reconhecida como terrorista ainda resiste e tem apoio da população? Para entender o papel do Hezbollah no Líbano é fundamental perceber as dinâmicas entre Estado e sociedade. Dessa forma, com o objetivo de responder a pergunta “Como o Hezbollah sustenta sua legitimidade na sociedade e no sistema político libanês?” foi fundamental pensar nas origens dessa legitimidade e buscar suas causas. Para tanto, foi feito um estudo de caso utilizando o método *process tracing*.

A análise cautelosa do papel do Hezbollah na sociedade libanesa, se dá também com a intenção de compreender as dinâmicas da geopolítica do Oriente Médio com um olhar livre do Orientalismo. De acordo com Edward Said (2007) “[...], tanto a mídia eletrônica como a imprensa têm sido inundadas com estereótipos degradantes que amalgamam o islã e o terrorismo, os árabes e a violência, o Oriente e a tirania.” De fato, a religião islâmica é fator importante no processo de coesão e mobilização social. Contudo, as demandas materiais, ou seja, a falta de direitos básicos é que possibilitam o surgimento de atores não-estatais e o consequente uso de recursos simbólicos para incitação do poder.

Do ponto de vista acadêmico, o estudo buscou contribuir com caminhos para a análise do conceito da legitimidade. A literatura tradicional enfatiza fortemente o Estado e deixa uma lacuna em relação à análise social (SEABROOKE, 2002). Com base nessa demanda, foi utilizado um modelo tridimensional para entender como o Hezbollah sustenta sua legitimidade no Líbano. O modelo de Igor Castellano (2017) leva em consideração a obediência (capacidade de proteger), identidade (elementos simbólicos, nacionais, religiosos) e responsividade (capacidade de fornecer serviços básicos). A legitimidade é fruto de interações entre quem governa e quem é governado e o consentimento acontece a partir da necessidade de identificação, inclusão e suporte social.

O Hezbollah foi resultado de respostas das demandas da sociedade libanesa, em especial, da parcela xiita. A negligência histórica do Líbano em relação a essa comunidade, gerou desigualdade social e falta de representação política. O sistema confessional não conseguiu traduzir a realidade demográfica e ignorou o crescimento da população xiita. A falta de acesso a infra-estrutura e serviços de saúde, educação e segurança deixava a comunidade xiita cada vez

mais à margem da sociedade. O caráter militar é explicado pelo contexto em que está inserido de disputa territorial e defesa.

O primeiro capítulo apresentou o aporte teórico necessário para a análise. A partir da compreensão sobre o que é o Terceiro Mundo e as suas especificidades da realidade podemos entender o porquê dos atores não-estatais serem tão importantes nesses países. É possível observar com isso que a colonização sofrida por esses países e a formação dos seus Estados resulta em uma relação peculiar entre coerção, capital e legitimidade. Os Estados do terceiro mundo costumam se formar com base em intervenções que alteram suas dinâmicas internas e favorecem alguns grupos em detrimento de outros. Eles tornam-se Estados fracos e tendem a uma baixa coesão social, falta de hierarquia clara da autoridade política, que é o caso do Líbano (BUZAN, 1988, p.21). São justamente esses problemas políticos e sociais que abrem espaço para o surgimento de grupos alternativos no poder. Espera-se que um Estado cumpra algumas funções de proteção e garantia de direitos, mas não é o que se vê (WEBER, 1968, p.905). Weber também fala que quando esses grupos têm o papel de proteger militarmente

Com base nas obras de Charles Tilly (2007) e Robert Rotberg (2003) sustenta-se que as capacidades estatais dizem respeito à forma como um Estado aloca os seus recursos. Segundo os autores, quando um Estado não cumpre sua função de garantir direitos básicos, há o surgimento de atores não-estatais dispostos a cumprir com esse papel e angariar apoio da população.

O segundo capítulo tem como objetivo fazer um resgate histórico da formação do Estado libanês, dá ênfase nas transformações políticas e sociais. Tendo início no Império Otomano, criação da província autônoma do Grande Líbano e suas consequências nos grupos confessionais. Foi possível confirmar o papel do colonialismo na formação dos Estados do Oriente Médio, visto com Anderson (1987) no Capítulo 1. A criação do Grande Líbano que beneficiou franceses e maronitas. A França participou de forma ativa elaborando a primeira constituição libanesa. A formação do Líbano esteve fortemente ligada a uma dependência imposta pela França, através da Liga das Nações. O desenho das fronteiras e a primeira constituição do país tiveram participação direta pela metrópole. As transformações no território libanês também implicaram em mudanças dos tamanhos dos grupos sectários, o que é bastante significativo em um contexto de partilha de poder. Sendo assim, uma questão que se mostrou bastante presente na política libanesa foi o aspecto demográfico, em razão das demandas políticas de cada grupo. O Líbano conta com 18 grupos: Alauitas, Armênios, Católicos, Armênios Ortodoxos, Assírios, Caldeus Católicos, Católicos Romanos, Coptas, Drusos, Gregos Católicos, Melquitas, Gregos Ortodoxos de Antioquia, Ismaelitas, Judeus, Maronitas, Protestantes, Siríacos Católicos, Siríacos, Ortodoxos, Sunitas, Xiitas (ZAHREDDINE, 2020).

Em que pese os xiitas tenham substituído os maronitas como maior grupo étnico, suas condições de vida seguiam precárias (NORTON, 1985, p.111). O capítulo também introduz a resposta da comunidade xiita para a marginalização histórica, a partir do reavivamento de alguns dos seus ideais e da mobilização política.

O terceiro capítulo, por sua vez, busca sistematizar esses pontos, por meio de etapas que demonstram a relação causal entre um fato ocorrido na sociedade libanesa e a legitimidade do Hezbollah. Para isso foi utilizado o modelo de legitimidade de Castellano (2017). A dimensão da obediência diz respeito à legitimidade do Hezbollah, a partir de sua capacidade de proteger. Por essa razão, foi elaborada uma sequência causal no sentido de observar como a incapacidade do Estado libanês em defender seu território, o que gera a militarização do movimento xiita e posteriormente a necessidade de defesa por atores alternativos, foram analisados o histórico de ataques e respostas do Hezbollah. Já na dimensão identitária, observa-se como a marginalização dos xiitas foi força propulsora para a organização de um partido e de sua participação na vida política. Da mesma forma, isso gera a oportunidade de que o Hezbollah seja norteador nas campanhas que fortaleçam a identidade xiita, com seu aparato midiático e logístico, o que visa fortalecer sua legitimidade frente a comunidade xiita. Por fim, a dimensão racional mostrou que a negligência da comunidade xiita pelo Estado libanês, fez com que a comunidade aceitasse a ajuda de outros países da região, e essa dinâmica resultou em uma sociedade de resistência. A influência do Irã, após a Revolução de 1979, foi além da ideologia e se materializou em instituições de assistência social no Líbano muito similares às iranianas.

A hipótese central era de que o Hezbollah sustentava sua legitimidade com base no seu potencial de resposta às demandas da sociedade libanesa que existiam em decorrência da ausência de respostas do Estado libanês e também das transformações que o grupo teve no decorrer do tempo. Para isso foi feito um estudo de caso, com o uso do método *process tracing* para entender as causas da legitimidade e como elas se desenvolviam em etapas até chegar na construção da legitimidade do Hezbollah. A hipótese de que a legitimidade do Hezbollah é construída a partir de uma resposta complexa às demandas sociais. Ao observar os resultados, nota-se que a atuação militar do Hezbollah ajudou na sua consolidação como uma força de proteção, o que ficou claro na sua consolidação como uma das principais forças pelo acordo de Taif, o que gera autoridade e legitimidade para deter os meios de coerção a fim de proteger. Por outro lado, isso não significa que o apoio da população é automático e, conforme foi visto, a ala militar do Hezbollah, quando envolvida em embates contraditórios para a população, pode gerar impacto negativo.

Em relação à dimensão identitária, nota-se que há um esforço da organização em cooptar o maior número de apoiadores, independente de religião. As redes midiáticas do Hezbollah têm papel importante na criação da ideia de uma sociedade coesa e de resistência. Samer Abboud e Benjamin Muller (2012, p.7) enfatizam que as atividades exercidas pelo Hezbollah no Líbano não apenas prestam serviços sociais, econômicos, políticos e educacionais aos libaneses, mas sim, constroem uma rede complexa de subsistência e reforço da identidade xiita, o que é chamada de sociedade de resistência. Um apontamento importante do estudo, foi a revelação de que o Hezbollah, apesar de seu esforço em influenciar toda a sociedade libanesa, consegue apenas ter forte apoio sobre os xiitas.

Por fim, a dimensão responsiva mostra que o Hezbollah atua em diversas frentes produzindo respostas aos cidadãos libaneses e, em especial, aos xiitas. A localização de muitas das instituições de serviços públicos está em regiões habitadas por esse grupo confessional. A forma de atuação e parte do financiamento dessas ONG's também é influência das relações do partido com o Estado iraniano. Nesse sentido, é possível notar um elemento comum nas dimensões identitária e responsiva: a marginalização da comunidade xiita. Essa etapa também poderia estar atrelada à dimensão da obediência, tendo em vista que a comunidade xiita correspondia a maior parte da população nas áreas atacadas por Israel.

Tabela 5 - Quadro síntese da aplicação do modelo tridimensional da legitimidade de Castellano (2017)

Etapas	Fatos	Evidências
Etapa 1 (Causa)	Marginalização da comunidade xiita	Xiitas moravam em regiões pobres e rurais
Etapa 2	Mobilização política	Criação do Amal e do Hezbollah
Etapa 3	Resposta do Hezbollah às demandas da sociedades não satisfeitas pelo Estado libanês	Capacidade de proteger, de prestar serviços e de incentivar a coesão social
Etapa 4 (Resultado)	Legitimidade do Hezbollah	Consentimento de que as ações do Hezbollah são necessárias para membros da sociedade libanesa

A tabela acima tem como objetivo sintetizar e relacionar as tabelas das três dimensões: obediência, identitária e responsiva. A marginalização xiita aparece como etapa causal comum nas três dimensões. As demais dimensões não são idênticas, mas análogas e estão

correlacionadas na medida em que todas compõem a mesma dinâmica de relação entre Estado e sociedade. Para trabalhos futuros é importante discutir a legitimidade por meio da aprovação do pares, ou seja, do consentimento das elites políticas vigentes no momento. O acordo de Taif é um bom exemplo, pois ocorre em razão da aprovação pelo Parlamento libanês.

Inicialmente pretendeu-se mostrar a legitimidade do Hezbollah perante toda a sociedade libanesa, contudo, o trabalho mostrou que o partido é percebido de forma distinta pelos grupos sociais. Apesar disso, é importante notar que aprovação não é o mesmo que legitimidade. Nesse sentido, mesmo que a maior parte da comunidade libanesa não se identifique com o Hezbollah, a organização, que foi muito criticada por seu envolvimento no conflito da Síria, continua sendo acatada como um partido. Dessa forma, algumas lacunas foram deixadas por essa pesquisa, como a necessidade de um estudo que compare o poder militar do Estado Libanês com o do Hezbollah. Ademais, tendo em vista certo descontentamento da população em relação a organização xiita, futuras análises devem combinar entrevistas e o aprofundamento das fontes primárias para tentar explicar como a inserção do Hezbollah na política libanesa amplia sua legitimidade.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBOUD, Samer N.; MULLER, Benjamin J. **Rethinking Hizballah: Legitimacy, Authority, Violence**. Routledge. 2012.

ANDERSON, Lisa. **The State in the Middle East and North Africa**. Comparative Politics, v. 20, n. 1, 1987.

ALI, Mona. **The role of Hezbollah among its Shia constituents**. Atlantic Council. 2018. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/menasource/the-role-of-hezbollah-among-its-shia-constituents/>. Acesso em 25 jul. 2024.

AL MANAR. **Arquive Al Manar TV website**. Hezbollah Organizes Ashura Processions Across Lebanon. Disponível em: <https://archive.almanar.com.lb/english/article.php?id=235498>>. Acesso em 22 jul. 2024

AL MANAR. **Leb Communication Grp**. Photos show Hezbollah Ashura Processions in Various Lebanese Cities. Disponível em: <https://english.almanar.com.lb/1662531>. Acesso em 22 jul. 2024

AYOOB, Mohammed. **The Third World Security Predicament: State Making, Regional Conflict, and the International System**. Boulder: Lynne Rienner, 1995.

AYOOB, Mohammed. **The Security Problematic of the Third World**. World Politics, 43, p. 257-283, (1991).

AZAR, Edward E.; MOON, Chung-In (Ed.). **National Security in the Third World: The Management of Internal and External Threats**. 1. ed. New York: Edward E. Azar, 1988.

BEACH, D.; PEDERSEN, R. B. **Process-Tracing Methods: Foundations and Guidelines**. 2nd edition ed. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2019.

BORTOLAZZI, Omar. **Hezbollah: Between Islam and Political Society 26 Popular Mobilization and Social Entrepreneurship in Lebanon Omar**

BUZAN, Barry; WEVER, Ole. **Regions and Powers: the structure of international security**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2003.

BUZAN, Barry. **People, States and Fear: The National Security Problem in Third World**. 1983

CALFAT, Natália Nahas Carneiro Maia. **Veto e governança de minorias em regimes consociativos: evidências do confessionalismo de coalizão no Líbano**. 2022. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Université de São Paulo, São Paulo, 2022. doi:10.11606/T.8.2022.tde-24112022-115945. Acesso em: 2024-05-04.

CALFAT, Natália Nahas Carneiro Maia. **O modelo consociativo para sociedades plurirreligiosas: reflexões e aprendizados sobre a experiência confessional libanesa**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/D.8.2017.tde-13042017-092309. Acesso em: 2024-08-05.

CHEAITO, Karime Ahmad Borrasci. **O Processo De Designação Do Hezbollah Como Organização Terrorista Pelos Estados Unidos Da América: Acusações, Contradições e Consequências (1985-2006)** (Mestrado em Estudos Estratégicos - Instituto de Estudos Estratégicos/Universidade Federal Fluminense) Niterói, Rio de Janeiro, 2023. DOI: 10.13140/RG.2.2.14368.97288. Acesso em 2024-04-15.

COSTA, José Renato. **O islamismo e suas implicações no processo democrático libanês**. 2006. 337f. Tese de mestrado (História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 2006

DAHER, Aurélie. **Hezbollah: mobilisation and power**. New York: Oxford University Press, 2019.

DEEB, Lara. **Hezbollah: a primer**. Middle East Report Online, Washington, 31 de jul. 2006. Disponível em. <https://merip.org/2006/07/hizballah-a-primer/> . Acesso em 30 de jun.2024

DUTRA JUNIOR, José Ailton. **O Líbano e o nacionalismo árabe (1952-1967): o nasserismo como projeto para o mundo árabe e o seu impacto no Líbano**. 2014. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/D.8.2014.tde-03102014-164144. Acesso em: 2024-08-03.

EL HUSSEINI, Rola **Hezbollah and the axis of refusal : Hamas, Iran and Syria** p.803-815
Third World Quarterly vol.31 2010

EL KHAZEN, Farid. Political parties in postwar Lebanon: Parties in search of partisans. *Middle East Journal*, Washington, D.C., v. 57, n. 4, p. 605-624, out. 2003. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4329942>. Acesso em: 20 jun. 2024.

FARHAT, Ahmad Ibrahim. Hezbollah and Israel: norms, exceptions, and game theory. Dissertação (Department of Political Studies and Public Administration), American University of Beirut. 2014.

FERABOLLI, Silvia . **Relações Internacionais do Mundo Árabe (1954-2004): os desafios para a realização da utopia pan-arabista**. Contexto Internacional, v. 29, p. 63-97, 2007.

HADDAD, Simon. **Explaining Lebanese Shii adherence to Hezbollah**: alienation, religiosity and welfare provision. *Defense & Security Analysis*, v. 29, n. 1, p. 16-29, 2013.

HARRIS, William. **Lebanon: A History 600–2011**. Oxford:Oxford University Press, 2012.

HAZRAN, Dr. Yuri. **The Shiite Community in Lebanon: From Marginalization to Ascendancy**. 2009

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. Editora Companhia de bolso. 704f. 2006

JOSSELIN, Daphné e WALLACE, William. **“Non-State Actors in World Politics: a Framework”**. In: JOSSELIN, Daphné e WALLACE, William *Non-State Actors in World Politics*. Londres, Palgrave MacMillan, 2001, cap. 1, pp. 1-20.

KHATIB, Lina. **How Hezbollah holds sway over the Lebanese state**: Hybrid status means power without responsibility. Chatham House, p. 23-32, 2021.

CORM, Georg. O Líbano, há dois séculos em busca de uma nação. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-libano-ha-dois-seculos-em-busca-de-uma-nacao/>. Acesso em: 15 maio 2024.

LUZ, Flávia Abud. **A apropriação dos conceitos de martírio (narrativa de karbala) e jihad pelo Hezbollah e a questão da violência como forma de resistência.** 2018. 175 f. Dissertação (Ciências da Religião) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.

MAITINO, Martin Egon. **Process tracing na prática: quando e como usar.** In: Mídia, opinião pública e política internacional. Belo Horizonte: UFMG, 2022. Cap. 3.

MATAR, Dina; DAKHLALLAH, Farah. **What It Means to Be Shiite in Lebanon: Al Manar and the Imagined Community of Resistance.** Westminster Papers in Communication and Culture, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 22-40, 2006. ISSN 1744-6708 (impresso); 1744-6716 (online).

MIDGAL, J. S. **Strong Societies and Weak States: State Society Relations and State Capabilities in the-Third-World.** Princeton: Princeton University Press, 1988.

MINISTRY OF INFORMATION. Republic of Lebanon. Political Parties Lebanese. Disponível em: <https://www.ministryinfo.gov.lb/en/2662>. Acesso em: 16 jun. 2024.

NORTON, Augustus Richard. **Changing actors and Leadership among the shiites of Lebanon.** The Annals of the American Academy of Political and Social Science, v. 482, p. 109-121, Nov. 1985.

NORTON, Augustus Richard. **The Role of Hezbollah in Lebanese Domestic Politics.** The International Spectator, v. 42, n. 4, 2007.

PEW RESEARCH CENTER. Global Attitudes Project. Most Embrace for Islam in Politics. Muslim Publics Divided on Hamas and Hezbollah. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/wp-content/uploads/sites/2/2010/12/Pew-Global-Attitudes-Muslim-Report-FINAL-December-2-2010.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2024.

POPPER, Karl R. **A Lógica da Pesquisa Científica.** São Paulo: Cultrix, 1975.

PRADO, Patrícia Simone do. **Toda terra é Karbala, todo dia é Ashura: a pedagogia do martírio nas narrativas xiitas e a construção de uma identidade de resistência.** 2018. Tese

(Doutorado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

ROTBURG, Robert I. **Failed States, Collapsed States, Weak States: Causes and Indicators** 2003

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SEABROOKE, Leonard. **Bringing Legitimacy Back in to Neo-Weberian State Theory and International Relations**. Canberra: Department Of International Relations, Australian National University, 2002.

SILVA, Igor Castellano da. **Política externa da África Austral: guerra, construção do Estado e ordem regional (África do Sul, Angola, Moçambique, Zimbábue e Namíbia)**. Porto Alegre: CEBRÁFRICA-UFRGS, 2016.

TILLY, Charles. **Democracy**. New York: Cambridge. University Press, 2007.

TRABOULSI, Fawwaz. **A History of Modern Lebanon**. London: Pluto Press, 2012.

TRAUMANN, Andrew Patrick **Os militares e o aiatolás: relações Brasil- Irã**. Universidade Federal do Paraná- Tese (Doutor em História). Curitiba, Paraná, 2013.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. LTC Editora, 1978.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**.

WIEGAND, Krista Eileen. Reformation of a Terrorist Group: Hezbollah as a Lebanese Political Party, **Studies in Conflict & Terrorism**. Oxford, 32 n.8, p. 669-680. jul. 2009.

ZAHREDDINE, Danny (2020). **Do Pequeno ao Grande Líbano: os desafios contemporâneos da República Libanesa**. *Conjuntura Internacional*, 17(2), 29-47. <https://doi.org/10.5752/P.1809-6182.2020v17n2p29-47>